

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

BERNARDO FOGLI SERPA GERALDINI

**A OPERAÇÃO LAVA-JATO NAS PÁGINAS DE OPINIÃO DA
*FOLHA DE S. PAULO***

São Carlos
2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**A OPERAÇÃO LAVA-JATO NAS PÁGINAS DE OPINIÃO DA
*FOLHA DE S. PAULO***

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política

Orientação: Professor Doutor Fernando Antônio Farias de Azevedo

Agência financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

São Carlos
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Bernardo Fogli Serpa Geraldini, realizada em 10/04/2018:

Prof. Dr. Fernando Antonio Farias de Azevedo
UFSCar

Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro
UFSCar

Prof. Dr. Danilo Rothberg
UNESP

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Pedro José Floriano Ribeiro, Danilo Rothberg e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Prof. Dr. Fernando Antonio Farias de Azevedo

Para a pequena Julia

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela bolsa concedida.

À minha família, pelo apoio contumaz.

Ao professor Fernando, por me aceitar de tão bom grado, e pela orientação sob medida — aquela que nem cerceia e nem deixa à deriva. Serei sempre grato pela oportunidade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol), por dar chance a um farmacêutico.

À Mércia, pela ajuda indispensável e pelas várias conversas produtivas e/ou divertidas. E também pela paciência e senso de alteridade.

Ao Wolf, pelo apoio inicial.

Ao Raphael (PPGPol), pela presteza e cordialidade.

À Patrícia e ao Bruno, por me ajudarem a “romper a barreira”.

Ao Zeca, pela companhia e pela troca de ideias.

À Paula, com quem tento aprender a andar olhando para cima.

“Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social. [...] A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social.”
(BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 1992, pp. 34-5)

RESUMO

Os meios de comunicação de massa são um elemento fundamental da vida política contemporânea, e os jornais, no Brasil, são importantes principalmente em função de sua capacidade de pautar a agenda de outros meios. Nesse sentido, a *Folha de S. Paulo* tem protagonismo não só por conta de sua liderança na circulação impressa, mas também em função de sua crescente audiência virtual. Desde 2014, sua agenda passou a compreender a cobertura da Operação Lava-Jato, investigação executada pela Polícia Federal brasileira a fim de apurar esquemas de corrupção. Este trabalho tem por objeto a seção editorial da *Folha de S. Paulo*, e o objetivo é compreender como a Operação Lava-Jato foi retratada pelo jornal. Assim, em função do protagonismo dessa operação no cenário político brasileiro, busca-se entender como a *Folha de S. Paulo* caracterizou tanto a operação quanto os atores políticos nela envolvidos. Para isso, foram analisados os editoriais publicados durante quase quatro anos. O principal método utilizado foi o da análise de enquadramento. Em termos da frequência de menções, os resultados evidenciam que inicialmente o jornal deu destaque a figuras petistas envolvidas nos escândalos perscrutados, destaque que se atenua após o *impeachment* ocorrido em 2016. Em termos dos enquadramentos, verificou-se que a princípio a operação foi enaltecida, ao que se seguiu um período em que ela foi vista como elemento que perturbava o sistema político e do qual emanava abuso por parte das autoridades investigadoras. Verificou-se que o antipetismo, já apontado por outras pesquisas, esteve presente nos editoriais sob diferentes configurações. Além disso, notou-se que o jornal não utilizou a oportunidade para realizar um debate sobre as condições institucionais que favorecem transgressões do tipo investigado pela operação em questão.

Palavras-chave: Comunicação política; Imprensa; *Folha de S.Paulo*; Corrupção política; Operação Lava-Jato.

ABSTRACT

The mass media are a central element of the contemporary political life, and newspapers, in Brazil, are important mainly because of their ability to set the agenda of other media. In this sense, *Folha de S. Paulo* has a leading role not only because of its leadership in printed circulation, but also because of its growing virtual audience. Since 2014, its agenda has come to include the coverage of “Operação Lava-Jato” (literally, Operation Car Wash), an investigation carried out by the Brazilian Federal Police in order to inquire into corruption schemes. The object of this research is the editorial section of the *Folha de S. Paulo*, and the objective is to understand how the operation was portrayed by the newspaper. Thus, due to the importance of this investigation in the Brazilian political scenario, we sought to understand how the *Folha de S. Paulo* characterized both the operation and the political actors involved in it. To this end, the newspapers’ editorials published throughout almost four years were analyzed. The main method used was framework analysis. In terms of frequency of mentions, the results show that the newspaper initially highlighted individuals associated with the Brazilian Workers’ Party that were involved in the scandals, a highlight that was lessened after the impeachment that took place in 2016. In terms of the frameworks, it was found that at first the operation was praised, after which it was seen as a force disturbing to the political system and from which arose abuse of authority. It was found that the “antipetismo” (bias against the Workers’ Party), already pointed out by other researches, was present under different configurations in the editorials. In addition, it was noted that the *Folha de S. Paulo* did not embrace the opportunity to hold a debate on the institutional conditions that favor transgressions of the kind investigated by the operation in question.

Keywords: Political communication; Press; *Folha de S. Paulo*; Political corruption; Operation Car Wash.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Respostas à pergunta “Em geral, você diria que está muito satisfeito, satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil?”	29
Gráfico 2 –	Respostas à pergunta “Com qual das seguintes frases você está mais de acordo?”	30
Gráfico 3 –	Respostas à pergunta “Em sua opinião, qual é o problema mais importante do país?”	31
Gráfico 4 –	Número mensal de editoriais sobre a OLJ publicados entre 17/03/14 e 31/12/2017.....	46
Gráfico 5 –	Frequência de editoriais sobre a OLJ (porcentagem por trimestre).....	48
Gráfico 6 –	Atores políticos mais mencionados (por trimestre).....	50
Gráfico 7 –	Porcentagem de pacotes interpretativos utilizados.....	55
Gráfico 8 –	Composição trimestral dos pacotes interpretativos (em %).	62
Gráfico 9 –	Composição trimestral dos pacotes interpretativos empregados (absoluta)	62
Gráfico 10 –	Pacotes interpretativos empregados antes e depois do <i>impeachment</i> de Rousseff (em números reais).....	64
Gráfico 11 –	Composição dos “agentes aparelhadores” no período pré- <i>impeachment</i> (em números reais).....	65
Gráfico 12 –	Composição dos “agentes aparelhadores” no período pós- <i>impeachment</i> (em números reais).....	65

Gráfico 13 – Pacotes mobilizados quando o(s) ator(es) pertencia(m) ou era(m) próximo(s) ao PT.....	67
Gráfico 14 – Pacotes mobilizados quando o(s) ator(es) pertencia(m) ou era(m) próximo(s) ao PMDB.....	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Operacionalização do conceito de enquadramento.....	54
Quadro 2 –	Períodos durante o ano de 2016 em que houve publicação seriada de editoriais sobre a OLJ.....	71
Quadro 3 –	Períodos durante o ano de 2017 em que houve publicação seriada de editoriais sobre a OLJ.....	72

LISTA DE SIGLAS

AL	Alagoas
FSP	Folha de S. Paulo
MG	Minas Gerais
MP	Ministério Público
MPF	Ministério Público Federal
MS	Mato Grosso do Sul
OLJ	Operação Lava-Jato
PE	Pernambuco
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR	Paraná
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
RJ	Rio de Janeiro
SD	Solidariedade
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

1	Introdução	14
2	Bases teóricas	17
2.1	Sociedade e mídia.....	17
2.2	Comunicação e política	21
2.3	Corrupção e democracia	26
2.4	Jornalismo no Brasil	32
2.5	<i>Agenda-setting</i> (ou agendamento)	33
2.6	A perspectiva do enquadramento.....	39
3	Análise dos dados.....	42
3.1	Metodologia.....	42
3.2	Análise de frequência	44
3.2.1	Frequência do tema “Operação Lava-Jato” nos editoriais	44
3.2.2	Frequência dos atores principais mencionados	49
3.3	Análise de enquadramento.....	53
3.3.1	Principais enquadramentos identificados.....	53
3.3.2	Variação temporal do uso de enquadramentos	61
3.3.3	Análise dos “aglomerados” de editoriais	69
4	Conclusão	76
5	Referências.....	81

1 Introdução

Esta pesquisa tem por objeto de estudo a agenda do jornal *Folha de S. Paulo* (FSP). O objetivo é analisar a posição oficial adotada pela FSP em relação à Operação Lava-Jato¹ (OLJ), investigação iniciada em 2014 pela Polícia Federal brasileira em conjunto com o Ministério Público. Inicialmente, busca-se quantificar o espaço, na seção de editoriais do jornal, dedicado à operação; em seguida, busca-se entender como a OLJ e os atores políticos nela envolvidos foram retratados pelo jornal. O recorte temporal compreende um período de quase quatro anos.

Pretende-se, assim, preencher uma lacuna existente na literatura: em geral, os trabalhos nas áreas de comunicação política e da ciência política discorrem sobre um intervalo mais curto de tempo — medido em meses ou trimestres, por exemplo — e normalmente dizem respeito a períodos eleitorais. Ainda, geralmente analisam capas e notícias de capa dos jornais, sem que se dê destaque para os editoriais, que expressam oficialmente a opinião do jornal.

Até recentemente, a ciência política minimizava a importância do campo da comunicação para a sociedade e para o estudo da política. Por exemplo, o conhecido estudo de Moisés (1995) sobre a legitimidade da democracia no Brasil não atribui maior espaço ao tema. Assim, como nota Miguel (2002), parece sintomático do não estabelecimento do campo que um (extenso) estudo da “cultura política” brasileira não dê maior atenção ao papel da mídia na formação de crenças a respeito da coisa política.

Já o tema da corrupção vem sendo amplamente tratado pelos meios de comunicação no Brasil. No entanto, parece haver certa seletividade de publicação no que diz respeito às instituições e às pessoas públicas que acabam por se tornar alvo dos escândalos de corrupção: por um lado, líderes populares da América Latina tem sido frequentemente alvo de denúncias de corrupção. Por outro lado, e tendo em vista o caso brasileiro, mostrou-se por exemplo que a corrupção enquanto tema só entra definitivamente na agenda dos jornais a partir de 2006 — ou seja, após a

¹ A grafia do termo segue orientação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal. Cf. [https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/redacao-e-estilo/Lava Jato](https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/redacao-e-estilo/Lava%20Jato). Acesso em 10 fev. 2018.

crise do chamado “mensalão”². Isto é, o tema não foi amplamente explorado quando vigiam no poder governos de centro-direita (AZEVEDO, 2017). Assim, é necessário analisar a forma pela qual a imprensa trata a corrupção, a fim de verificar 1) se (ou quando) ocorrem variações na cobertura midiática sobre o tema, e 2) as principais características dessa cobertura.

Ressalte-se que a corrupção de que se fala neste trabalho é a *corrupção política*, que decorre da sobreposição de interesses individuais e de interesses coletivos. A corrupção está ligada à legitimidade dos sistemas políticos nas democracias modernas, que podem se ver privadas de apoio da população conforme aumenta a percepção deste último acerca da corrupção (SELIGSON, 2002). Além disso, casos de corrupção atraem a atenção dos meios de comunicação e podem ocupar grande parte de sua agenda, que, por sua vez, pode influenciar a agenda do público (CHAIA, 1998). Esse tipo de cobertura de imprensa pode levar ao entendimento de que a corrupção é algo inato ao Estado, à política e, em última instância, à democracia (FILGUEIRAS, 2009). Assim, se a qualidade da democracia é uma preocupação, o retrato da corrupção e a constituição de “escândalos” de corrupção precisam ser devidamente compreendidos e vistos como possíveis ameaças à democracia.

Cabe notar, entretanto, que apesar de reconhecerem-se os efeitos da agenda da mídia na agenda do público (MCCOMBS, 2009), foge ao escopo deste trabalho avaliar esses efeitos. Aqui, busca-se entender como (ou notar se) varia, ao longo do tempo, a posição do jornal em relação à Operação Lava-Jato — e isso num período de tempo particularmente conturbado da democracia brasileira, que, além de ter passado por séria crise econômica e por um *impeachment*³ presidencial, viu parte considerável de sua elite política implicada em escândalos de corrupção e subsequentemente subtraída do jogo político. Assim, busca-se mapear, ao longo do tempo, a posição da FSP em relação à investigação em questão, levando-se em conta os diversos momentos delicados pelos quais o país passou nos últimos anos (a exemplo das eleições presidenciais ocorridas no mesmo ano, da crise política iniciada em 2015, do já mencionado processo de *impeachment* etc).

² Alcinha dada à Ação Penal 470, que versou sobre corrupção política.

³ A presidente Dilma Rousseff (PT), eleita em 2014, foi destituída da presidência em 31 de agosto de 2016, sob alegações de que cometera crimes de responsabilidade.

Em suma, o objetivo é responder à seguinte pergunta: como a OLJ é retratada pela FSP? Para respondê-la, inicialmente será feita uma análise de frequência do tema na agenda de opinião do jornal. Em seguida, serão analisados os enquadramentos usados pelo jornal em seus editoriais, seguindo a esteira de Azevedo (2004), Gamson e Lasch (1983), Porto (2004) e Rothberg (2007). Como perguntas associadas, têm-se as seguintes questões: qual é a importância dada pelo jornal à operação em questão? Ou, em outros termos, qual é a frequência da operação na agenda do jornal? Em quais contextos políticos a frequência de editoriais dedicados à operação foi maior? Como foi retratada a operação durante 1) o governo Rousseff e 2) o governo Temer? Quais são os principais atores destacados pelo jornal? Em que momento esse destaque se deu? Quais os principais enquadramentos utilizados pelo jornal para caracterizar esses atores?

A fim de responder a essas questões, foi analisado material empírico composto pelos editoriais concernentes à operação publicados entre março de 2014 e dezembro de 2017 (n=107), compreendendo quase quatro anos de publicações. Buscou-se 1) analisar como se dá a caracterização da operação e dos principais atores relacionados a ela; e 2) verificar se houve variações nessa caracterização entre os anos de 2014 e 2017. Optou-se, ainda, por estruturar o banco de dados em períodos trimestrais, pois, ao utilizar-se um recorte cronológico desse tipo, o contexto político pode ser mais facilmente visualizado e compreendido.

A segunda fase da análise compreendeu tanto a caracterização da operação pela FSP quanto da formação da imagem dos atores. A abordagem metodológica que foi utilizada é a da análise de enquadramento. Assim, foi realizada a análise dos principais enquadramentos encontrados nos editoriais obtidos. Dada a amplitude do conceito de enquadramento, neste trabalho parte-se da definição que dispõe que enquadrar envolve, fundamentalmente, selecionar e salientar determinados aspectos dos fatos noticiados, com vistas a incentivar determinadas formas de abordagem e avaliação do objeto em questão (ENTMAN, 1993).

Por fim, convém ressaltar a relevância do objeto a que se propõe analisar neste trabalho. Num contexto de crise institucional, dado o protagonismo — e o desgaste — das diversas instituições, é fundamental entender o papel que a mídia desempenha nesse equilíbrio de forças. Deste modo, visa-se colaborar para a compreensão da função exercida pela mídia, um ator crucial da vida política contemporânea.

O restante deste texto está dividido em três capítulos. No primeiro, são descritas as bases teóricas sobre as quais se fundamenta este trabalho. No segundo, são apresentados a metodologia, os dados obtidos a análise destes. Por fim, faz-se uma breve conclusão.

2 Bases teóricas

Neste capítulo, traça-se um panorama geral da sociedade contemporânea e da transformação pela qual esta última passou no século XX. Em seguida, analisamos o papel dos meios de comunicação nessa transformação, e, por fim, estudamos alguns conceitos mais específicos às áreas da comunicação e ciência política, a partir dos quais a pesquisa foi desenvolvida.

2.1 Sociedade e mídia

Ao longo do século XX, as formas pelas quais o ser humano se organiza sofreram transformações intensas. Hobsbawm (1994), por exemplo, analisa as mudanças em várias esferas da vida no século XX a partir da influência da industrialização e de seu efeito disruptivo na sociedade. Para o autor, é nesse século que ocorre o fim efetivo da Idade Média para a maior parte da população mundial: a industrialização e a mecanização do campo revolucionaram a produção primária e tornaram redundante a presença dos trabalhadores rurais. A grande maioria deles, assim, passou a se ocupar de funções nos setores secundário e terciário, que cresciam enormemente e absorviam a mão-de-obra do campo, levando a grandes fluxos em direção às cidades.

Para Hobsbawm, o tema do século em questão é a exacerbação do indivíduo e do individualismo, de um lado, e o desmonte das formas de relacionamento que predominavam anteriormente, de outro. Deste modo, o cotidiano foi transformado de várias maneiras e em função de inúmeras inovações: a miniaturização do rádio, por exemplo, enfraqueceu os laços sociais que se baseavam na ocupação do espaço público. Percebe-se um descolamento do indivíduo em relação ao coletivo, característica que se nota também nas antigas formas de afirmação e defesa social:

os sindicatos, por exemplo, declinaram com o correr do século, tanto em função das melhores condições oferecidas pelos Estados de bem-estar quanto pelo próprio ensimesmamento favorecido pela sociedade de consumo.

Esse ponto de vista parece se coadunar àquilo que o sociólogo Gabriel Tarde caracterizou como “supremacia do Público”. Em 1901, o autor apontava o caráter crescentemente urbano da sociedade, que se desdobrava numa crescente força coletiva, exprimida por meio do jornal. Em suas palavras:

“O caráter crescentemente urbano de nossa civilização tem por efeito que o número de nossos amigos e conhecidos não para de aumentar enquanto que o grau de intimidade diminui, aquilo que temos a dizer ou a escrever se direciona cada vez menos a indivíduos isolados, e cada vez mais a grupos maiores. Nosso verdadeiro interlocutor, nosso verdadeiro correspondente, é, cada vez mais, o Público. [...] o jornal é uma carta pública, uma conversação pública, que, vindo da carta privada, da conversação privada, vira seu grande regulador e seu alimentador mais abundante [...]” (TARDE, 1989 [1901]: 72; tradução nossa)

Assim, a enorme ampliação do alcance dos meios de comunicação e seu enraizamento na vida cotidiana acompanharam — e ajudaram a definir — essas diversas mudanças sociais.

Cerca de vinte anos depois, foi publicada aquela que talvez seja a primeira obra que trata detalhadamente do tema da comunicação e de seu papel na sociedade moderna: o clássico “*Opinião pública*”, de Walter Lippmann (2008 [1922]). Nele, Lippmann sustenta que dadas a complexidade do mundo social, e a dificuldade com que a razão humana lida com essa complexidade e seus problemas, há uma predisposição de os indivíduos a se deixarem levar por alarmismos (midiáticos, por exemplo). Escrevendo no pós-guerra, quando o tom apocalíptico predominava, Lippmann colocava em xeque “a visão liberal de uma democracia, na qual os cidadãos eram guiados pelo debate crítico e racional” (AZEVEDO, 2004:48).

Em suma, ambos os autores pareciam preocupados com uma possível diminuição da capacidade reflexiva do indivíduo. E, de fato, esse modo de ver o indivíduo como receptor passivo foi incorporado aos estudos sobre comunicação: a primeira fase desses estudos pressupunha, nos termos de McQuail (2013), que a mídia era “todo-poderosa”. Surgem então (e em paralelo com a abordagem behaviorista) as primeiras teorias da comunicação, segundo as quais a mídia agia

por meio de uma “bala mágica” que atingia os receptores e os guiava em determinada direção (AZEVEDO, *ibid.*). Essa primeira leva de estudos foi fortemente contestada entre as décadas de 40 e 60. Lazarsfeld e Merton (1948), por exemplo, afirmavam que a mídia só exibia poder de influência quando agia em conjunto com o contato direto entre as pessoas. Essa teoria dos “efeitos limitados” da mídia foi o paradigma dominante até os anos 70, quando surge a abordagem do “construtivismo social” (GAMSON e MODIGLIANI, 1989; MCQUAIL, *op. cit.*), além dos estudos sobre a teoria do agendamento (discutida em seção futura). Para a vertente do construtivismo social, a mídia opera fornecendo tanto as informações quanto a maneira de interpretá-las, e o conjunto desses elementos se combinará com o conjunto de experiências culturais, sociais e pessoas dos indivíduos (MCQUAIL, *ibid.*). Desse modo, para essa nova vertente, os efeitos da mediação não são nem onipotentes como queria a primeira onda de estudos, e nem diminutos como queria a teoria dos “efeitos limitados”.

Essa breve revisão é útil para entendermos, *em linhas muito gerais*, alguns traços da sociedade do século XX. Diante disso, podemos refletir sobre uma transformação fundamental no processo de formação do *self* (eu). De acordo com Thompson (2014), quando da vigência de sociedades sem sistemas de mídia, esse processo estava ligado à absorção e tratamento — por parte dos indivíduos — de materiais simbólicos que eram produzidos localmente. Portanto, o conhecimento e a individuação diziam respeito ao cotidiano (salvo exceções relacionadas a atividades de viajantes, por exemplo). Já com o desenvolvimento da mídia, a formação do *self* é alterada substancialmente: ela passa a depender (ao menos parcialmente, na visão de Thompson) daquilo que o autor chama de “formas mediadas de comunicação”, que são, por exemplo, a televisão e o jornal. Dessa forma, o conhecimento local, que já se vê enfraquecido por conta da desorganização coletiva de que falamos acima, passa a ser suplementado pelo conhecimento de informações mediadas, com as quais os indivíduos não têm contato físico. Essa nova forma de conhecimento ganha preponderância no processo formativo, já que ela será o substrato a partir do qual os indivíduos poderão construir seu *self* (visto aqui como um projeto simbólico continuamente modificado e refeito).

Embora Thompson admita que esse novo processo tenha vantagens (*e.g.*, aumenta a quantidade de recursos simbólicos passíveis de serem utilizados pelos indivíduos, o que teoricamente enriqueceria o processo de formação do *self*), aqui

nos interessa mais a possibilidade do devir de efeitos deletérios. Mais especificamente, preocupamo-nos com uma possibilidade aventada pelo próprio Thompson: a de que ocorra a “intrusão mediada de mensagens ideológicas”⁴ (idem, p. 271), ou seja, a de que a mídia propale mensagens que atendam a interesses dominantes. Assim, essas mensagens

“[...] se tornam profundamente internalizadas no *self* e são expressas menos em crenças e opiniões explícitas, do que no modo como o indivíduo se porta no mundo, no modo como ele se relaciona consigo mesmo e com os outros e, em geral, no modo como entende os contornos e os limites de si mesmo.” (idem, p. 272).

Não é necessário aceitar um predomínio absoluto do coletivo sobre o individual (nem a visão segundo a qual o *self* é mera soma dos sistemas simbólicos de que ele se serve) para que consideremos a possibilidade dessa intrusão. Não se nega, aqui, o espaço da agência individual; apenas se sugere que essa agência só pode ser compreendida se analisado também o seu contexto de produção. Esse modo de compreensão do indivíduo e da sociedade encontra amplo respaldo nas ciências sociais — notável, por exemplo, nas obras de Karl Marx e de Émile Durkheim.

Tampouco desconsideramos que, apesar do predomínio da comunicação em massa, tenham surgido novos meios de comunicação que contornem parcialmente os meios de massa. A *internet* e as tecnologias móveis, assim, podem ser vistas como uma potencial rede alternativa de comunicação (MCQUAIL, 2013). No entanto, subsiste o fato de que os próprios tópicos a serem tratados nesses meios alternativos serão — de novo, ao menos parcialmente — tornados públicos pelos meios de massa, que são as únicas entidades que dispõem de recursos para conseguir, efetivamente, organizar o enorme fluxo de informações e difundi-las. A teoria do agendamento, tratada em seção futura, dispõe exatamente sobre este fenômeno, por meio do qual os meios de comunicação transferem para o imaginário popular os temas e tópicos que serão o substrato de reflexão do público.

⁴ O termo “ideologia” talvez seja paradigmático da polissemia, o que requer que anotemos aqui a definição que o próprio autor utiliza: para ele, a concepção de ideologia “focaliza a atenção nas maneiras em que as formas simbólicas servem, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de domínio” (idem, p. 271).

2.2 Comunicação e política

O início das pesquisas sobre comunicação se dá, assim, no século passado. Porém, antes de tratarmos da sobreposição entre comunicação e política, convém situar historicamente o tema e delimitá-lo de forma breve.

Os desenvolvimentos com os quais aqui nos ocupamos tem uma premissa básica: a da existência de uma versão específica de esfera pública. Pois embora a ágora, local paradigmático da vida política da pólis, fosse o espaço constituinte de uma esfera pública, o acesso a ela se baseava em que o indivíduo estivesse livre de obrigações relativas ao trabalho produtivo; isto é, que fosse proprietário de escravos e tivesse autonomia privada. E esse pré-requisito privado para a participação na vida pública, uma vez obtido, permanecia intocado pela vida pública: essa última diria respeito, por exemplo, às discussões públicas sobre a pólis e às competições entre indivíduos, mas não à esfera privada, que permanecia obscura. Portanto, a vida pública era exclusivamente não privada, isto é, dizia respeito a uma esfera separada do lar dos cidadãos (HABERMAS, 1991 [1962]).

Porém, a partir da modernidade, o par comunicação/política terá por foco uma nova esfera pública. Com a transição do feudalismo para o capitalismo e o surgimento do comércio a longa distância, surge também a necessidade do fornecimento de notícias, com as quais as novas empresas contavam para poder operar. Agora, porém, o que se nota é a irradiação da necessidade privada em direção a um espaço público: por exemplo, os jornais frequentemente utilizavam notícias obtidas das correspondências privadas (*ibid.*, p.20). Em suma, a atividade econômica burguesa, privada, passa a ter consequências para o interesse geral; como coloca Habermas:

“[...] a emergente *esfera pública da sociedade civil* [...] se desenvolveu na medida em que o interesse público relativo à esfera privada da sociedade civil não mais se limitava às autoridades mas era considerado pelos sujeitos [burgueses] como um interesse propriamente seu.” (*ibid.*, p. 23, tradução nossa).

Essa esfera pública burguesa, apesar de ter origem diferente da esfera pública clássica, tinha algo em comum com essa última: o fato de que também estava, em alguma medida, emancipada das “restrições dos requerimentos de

sobrevivência” (*ibid.*, p. 160, tradução nossa); isto é, o burguês, assim como o cidadão grego, também estava desobrigado do trabalho produtivo. Essa desobrigação o alçava à condição de *humano*, isto é, conduzia-o à esfera propriamente pública, à medida que traçava uma distinção entre a vida privada, dos negócios, e a pública. Essa vida pública, apesar de ser, como dissemos, a continuação natural da condição privada, permitia o debate crítico justamente por ser uma esfera simultaneamente não estatal (ou seja, descolada da autoridade pública) e por ser o local no qual a reprodução da vida se tornava algo de interesse público. Foi nesse contexto que “uma ideia que depois se tornou mera ideologia (a saber: humanidade) pôde se desenvolver”⁵ (*ibid.*, tradução nossa).

Como se sabe, Habermas afirmou que essa esfera pública burguesa desapareceu: o debate crítico teria sido suplantado por uma crescente profissionalização e expansão da produção cultural, que teria passado a guiar o público em direção a um consumo literário “com menos requisitos [psicológicos] e com consequências mais fracas” (*ibid.*, p. 167, tradução nossa). Porém, não precisamos nos ater a essas considerações sobre o fim da esfera pública. Interessam-nos, aqui, duas contribuições da obra habermasiana, a saber: a historicização do campo da imprensa, e a atenção dada à profissionalização da imprensa.

O primeiro ponto, do qual já tratamos, foi apontado por Hansen (*apud* NEGTE e KLUGE, 1993) como sendo central à contribuição do autor: essa historicização nos permite situar a atuação da imprensa em um lapso temporal definido, que tem por característica o surgimento do capitalismo liberal. Por um lado, isso significa que, da modernidade em diante, a atuação da imprensa não pode ser compreendida se dissociada do seu contexto (capitalista) de produção. Por outro lado, e pensando a partir de um ponto de vista normativo, essa circunscrição da discussão deve deixar entrever possibilidades outras de atuação da mídia.

Vejamos, então, o segundo ponto. Para Habermas, na fase inicial da imprensa a atividade jornalística se caracterizava por representar, simplesmente, uma pequena empresa capitalista dedicada a organizar o fluxo das notícias. Entretanto, o próprio estabelecimento e recrudescimento do capitalismo fez com que

⁵ Esse trecho, junto à afirmação de Habermas de que “A cultura burguesa não era mera ideologia” (*ibid.*, p. 160, tradução nossa), evidencia certo caráter saudosista da obra de Habermas, que, nesse ponto, parece se aproximar de Hannah Arendt (1961).

o jornalismo fosse permeado pelos novos interesses (privados). A imprensa se tornou, assim, uma instituição por meio da qual alguns indivíduos privados agiam na esfera pública *enquanto indivíduos privados*; tornou-se “a porta por meio da qual interesses privados privilegiados invadiram a esfera pública” (HABERMAS, *op. cit.*, p. 185, tradução nossa). Como é o caso com qualquer ramo de atuação no capitalismo, instaura-se também a concentração, nos mais diversos âmbitos:

“Na medida em que [as instituições voltadas para o debate] passaram por concentração econômica, tecnológica e organizacional, nos últimos cem anos elas se transformaram em complexos de poder influente na sociedade, de forma que é precisamente sua permanência em mãos privadas que ameaçou de várias formas as funções críticas das instituições publicísticas. [...] Se antes a imprensa se limitava à transmissão e amplificação do debate crítico-racional de pessoas reunidas em um público, agora esse debate toma forma por meio da imprensa de massa.” (*ibid.*, p. 188).

Note-se, assim, que a profissionalização e o enraizamento da mídia se dão de maneira irreversível, alterando de maneira profunda a sociedade. Por um lado (e de maneira simplista), podemos enxergar em Habermas algo das antigas teorias da “bala mágica”, que pressupunham indivíduos acríticos e atribuíam excessivo poder à imprensa. Por outro lado, a sua visão da mídia enquanto instituição profusa e responsável por colocar a sociedade em contato com as mais diversas informações (e também consigo mesma) não parece ser datada; inclusive, o ponto de vista segundo o qual a mídia é a entidade que inicia o processo de cognição é a base da teoria do agendamento.

As concepções da mídia como detentora de uma “bala mágica” nos mostram que outros autores se preocuparam com a influência excessiva da imprensa sobre a sociedade. Ao longo do século XX e aproximadamente até a década de 60, houve, *grosso modo*, apenas uma maneira de abordar a questão da sobreposição entre comunicação e política: as pesquisas discorriam sobre a comunicação de massa à medida que seus efeitos se faziam sentir na esfera política. O estudo de Lasswell (1938), sobre a propaganda governamental durante a Primeira Guerra Mundial, exemplifica essa abordagem. A comunicação, assim, era vista como mero meio para o alcance de determinados fins (sejam eles governamentais, privados etc), e não como instituição em si, isto é, como entidade possuidora de traços próprios. Por volta dos anos 60, diante do crescimento e da estabilização da indústria cultural,

desponta um novo modo de análise, que tenta compreender a comunicação não mais como simples influenciadora da política, mas como uma instituição autônoma (GOMES, 2004).

Mais recentemente, a importância dos meios de comunicação para a prática política atual foi bem descrita por Bernard Manin. Hoje, vigorando o que o autor chama de “democracia de público”, é evidente o protagonismo exercido pela mídia na vida política (MANIN, 1995 e 2013). Se é verdade que os partidos ainda são a forma tradicional de “fazer política”, já está claro que a fidelidade da sociedade a eles vem se atenuando. O foco na personalização do debate e a crescente presença de personagens midiáticas nas eleições evidencia que a mídia é central para o processo político, fato que só agora vem sendo reconhecido pela ciência política (MIGUEL, 2002).

Dados a complexidade e o tamanho da sociedade atual, a mídia é um elemento fundamental para a democracia. É só por meio dela que os sujeitos podem acessar os eventos e debates da vida pública corrente, que não mais se restringe a uma elite seleta. Como coloca Miguel (*idem*), “a mídia é um fator central da vida política contemporânea e [...] *não é possível mudar este fato.*” (p. 158, grifos no original). Novamente de acordo com Manin (1995; 2013), a “democracia de público” se exerce também à medida que a mídia é uma engrenagem fundamental para a circulação de ideias e temas políticos. Ela permite que a política se estenda da esfera dos acontecimentos públicos para a esfera familiar: nesse sentido, a televisão e o rádio, por exemplo, conduzem aos lares os temas de interesse público.

Convém fazer dois alertas. Primeiro, não estamos sugerindo que a apatia política passou a predominar nas sociedades ocidentais, e que por isso a mídia representaria a última possibilidade de acesso à política. Parece haver várias novas formas por meio das quais a ação política se exerce: o boicote, a petição e a ocupação física de determinados locais são evidências disso (NORRIS, 2002). No entanto, essas formas de ação são — ao menos em parte — eficazes na medida em que suscitam a atenção da imprensa. Isto é, se deixarmos momentaneamente de lado os momentos de “mobilizações espontâneas” (por meio de redes sociais, por exemplo), a mídia permanece como tema central para a prática política, tanto porque é responsável pela difusão da informação, quanto porque as formas por meio das quais essa difusão se dá invariavelmente impactarão o desfecho da questão.

Portanto, é fundamental analisar a forma por meio da qual é feita a mediação entre, de um lado, a sociedade, e, de outro, as diversas instituições.

O segundo alerta diz respeito à tendência a exacerbar o papel da mídia para a política. Como coloca Gomes (2004), é bem provável que tenha havido certa precipitação quando se anunciou que a nova fase da política (isto é, a fase midiática) teria feito desaparecer as diferenças ideológicas; que o público, agora “consumidor”, não mais se interessaria pelo debate e pela parte programática da política; que a cidadania se exerceria estritamente nos moldes de uma radicalização da proposta de Schumpeter (2003 [1944]), isto é, que a cidadania não se estenderia para além da escolha de um produto político agora ofertado por profissionais midiáticos; enfim, que a política verdadeiramente republicana teria acabado. Deixando de lado o componente nostálgico desse tipo de avaliação, convém apontar que essas impressões por vezes não passaram por crivo empírico. Se por um lado é verdade que a esfera da comunicação “controla praticamente [...] todo o fluxo de mensagens da esfera política em direção à esfera civil, constituindo-se fundamentalmente na única janela para a realidade política para a maioria dos cidadãos [...]” (GOMES, *op. cit.*, p. 1329), por outro lado, vários aspectos da vida política persistem, tais como a negociação, os acordos, o funcionamento dos parlamentos etc. Assim, é necessário ter prudência para que não se incorra em uma leitura “hipermidiática” da política.

Feitas essas ressalvas, permanece o fato de que a mídia representa um “canal de entrada” para o estudo do imaginário da sociedade contemporânea, já que esta é influenciada de maneira definitiva pela primeira. Adicionalmente, a importância da comunicação é reconhecida por autores de variadas matrizes teóricas e/ou de outros campos do conhecimento: na vertente do pluralismo, por exemplo, Dahl (1989) coloca a liberdade de expressão e de fontes de informação como fundamentais para sua proposta de democracia, enquanto na sociologia, Bourdieu (1998) chama atenção para os efeitos sociais da mediação.

2.3 Corrupção e democracia

Embora o conceito de corrupção tenha sido historicamente empregado com vistas a caracterizar comportamentos moralmente inadequados, a ciência social moderna abandonou esse tipo de definição. Em vez disso, buscou descrever o conceito em termos do não seguimento de leis e, mais recentemente, de ações que levem a sobreposição entre as esferas pública e privada — mais especificamente, de ações que impliquem a algum tipo de ganho privado somado a dano ao bem público (WILLIAMS, 1999). Dados os reveses na definição do conceito, adota-se aqui essa última posição⁶.

Tendo em mente o escopo deste trabalho, não nos interessa discutir consequências econômicas da corrupção, muito embora boa parte da preocupação com o tema tenha se manifestado por meio de estudos na área de economia. Preocupamo-nos, ao invés disso, com possíveis efeitos deletérios da corrupção que se façam sentir na democracia e na legitimidade de regimes democráticos. Tratemos então, num primeiro momento, de literatura que examina esses efeitos deletérios, para depois passarmos em revista o papel da mídia nesse (possível) processo de deslegitimação da política.

O livro pioneiro de Huntington (1973) sustenta que a corrupção é, ao menos em parte, um subproduto do processo de modernização. Abstendo-se sobre as etapas históricas anteriores a esse processo, Huntington sugeria três fenômenos principais que ligariam corrupção e modernização. O primeiro deles seria a mudança de regras morais trazida pela modernidade, mudança que traria consigo um novo patamar ético, no qual os hábitos tradicionais e pré-modernos seriam vistos como corruptos. O segundo fenômeno seria o rápido surgimento de novos focos de poder e riqueza, que, ao encontrar dificuldades para influenciar a política tradicional, utilizariam de meios irregulares para atingir seus objetivos. Por fim, o autor propõe que a modernização, por expandir as atividades de regulação e a atuação governamental, leva paralelamente a um aumento dos incentivos à prática corrupta.

Esse argumento do paralelismo entre corrupção e modernidade leva Huntington a afirmar que a corrupção, de certa forma, é a “exceção que confirma a regra”: “Aquele que corrompe os policiais de um sistema tem maior tendência a se

⁶ Para revisão do conceito, cf. Williams (1999).

identificar com esse sistema do que aquele que vandaliza os quartéis de polícia desse sistema.” (*ibid.*, p. 64, tradução nossa). Mais do que isso, a corrupção é vista aí como algo funcional: sua existência evita tanto a revolução quanto a reforma, integra grupos que de outro modo ficariam à margem do sistema, e agiliza movimentos de crescimento econômico que teriam tendência a se enfraquecer frente às barreiras de um sistema político antiquado.

Apesar de talvez fazer sentido em termos de fenômenos políticos e econômicos de curto prazo, essa racionalização desconsidera possíveis efeitos das práticas de corrupção sobre a aceitação, por parte da sociedade, da atividade política. De fato, há evidências apontando que a corrupção macula a visão que a sociedade tem da política em geral, e dos regimes democráticos em particular. Power e Jamison (2005) sugerem, com base em dados empíricos referentes à América Latina, que a corrupção está correlacionada com a confiança nos partidos políticos e no Congresso — isto é, que a alta percepção de corrupção por parte da sociedade se relaciona de alguma forma com a baixa confiança que esta última tem nas instituições políticas. Seligson (*op. cit.*) utiliza dados de *surveys* realizados em quatro países latino-americanos, e mostra que a legitimidade de instituições governamentais se comporta como variável dependente da percepção da corrupção: quanto maior essa percepção, menor é a legitimidade das instituições. Pharr (2007) demonstra que, no caso do Japão, a teoria que credita a aprovação do governo ao desempenho econômico não se sustenta: nesse país, a percepção da corrupção é o fator que melhor explica a confiança no governo. Della Porta (2000) afirma que na França, na Itália e na Alemanha a confiança no governo também parece diminuir conforme aumenta a percepção da corrupção. Mais recentemente, o estudo de Baptista (2017) aponta que a OLJ possivelmente contribuiu para que declinasse a confiança dos cidadãos na figura de Rousseff e no seu governo.

A preocupação com os efeitos da corrupção sobre a legitimidade da democracia é tanto mais justificada quando se leva em conta que, em geral, a democracia tem sido alvo de desconfiança, e esse movimento de insatisfação não se restringe a países da periferia do capitalismo. Há algum tempo que o ceticismo em relação a regimes democráticos se evidencia nos países industrializados: Dalton (1999) utiliza dados empíricos obtidos em inúmeros países avançados para mostrar que, nas últimas décadas, os cidadãos se tornaram mais críticos das instituições políticas e menos satisfeitos com o funcionamento dos sistemas democráticos. Por

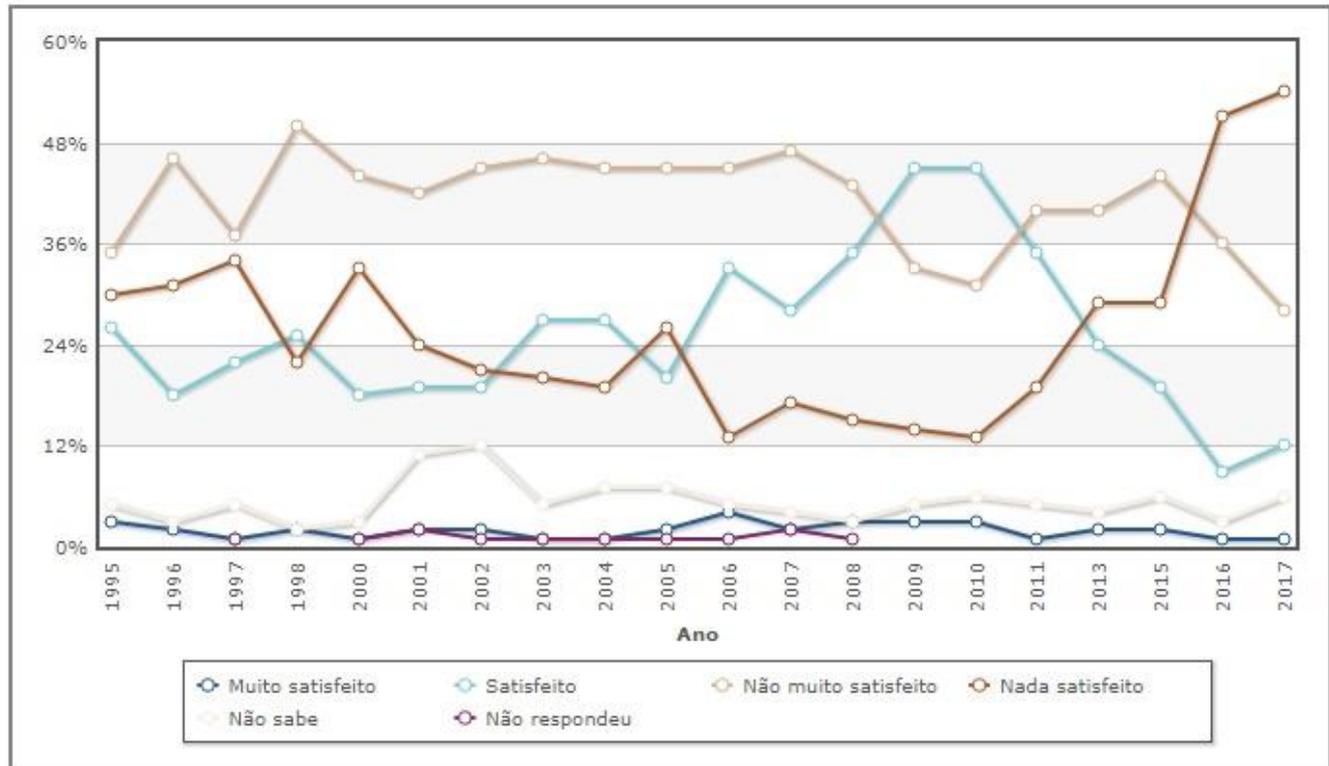
um lado, esses dados (ainda) não permitiam ao autor afirmar que a democracia perdera apoio; por outro, porém, suscitavam a seguinte questão: “[...] podem os cidadãos continuar a gostar do jogo da política democrática se eles perderam confiança nos jogadores e mesmo na forma pela qual o jogo é jogado?” (*ibid.*, p. 72, tradução nossa).

Similarmente, Norris (1999) faz um balanço das evidências concernentes à relação dos cidadãos com a política e afirma que eles se tornaram mais críticos, isto é, continuam tendo a democracia como um ideal, porém passaram a uma posição de maior ceticismo no que diz respeito ao funcionamento dos governos representativos. Assim, há causas genuínas para preocupação com a confiança na política. Nesse sentido, o “efeito deslegitimador” da corrupção possivelmente atuará num momento em que a democracia já parece estar sob ameaça.

A deslegitimação da democracia (e da política como um todo) parece ser ainda mais inquietante em se tratando do Brasil, pois aí esse processo se soma a uma satisfação com a democracia que já é previamente baixa. Vejamos os gráficos a seguir, que trazem dados do Latinobarômetro⁷.

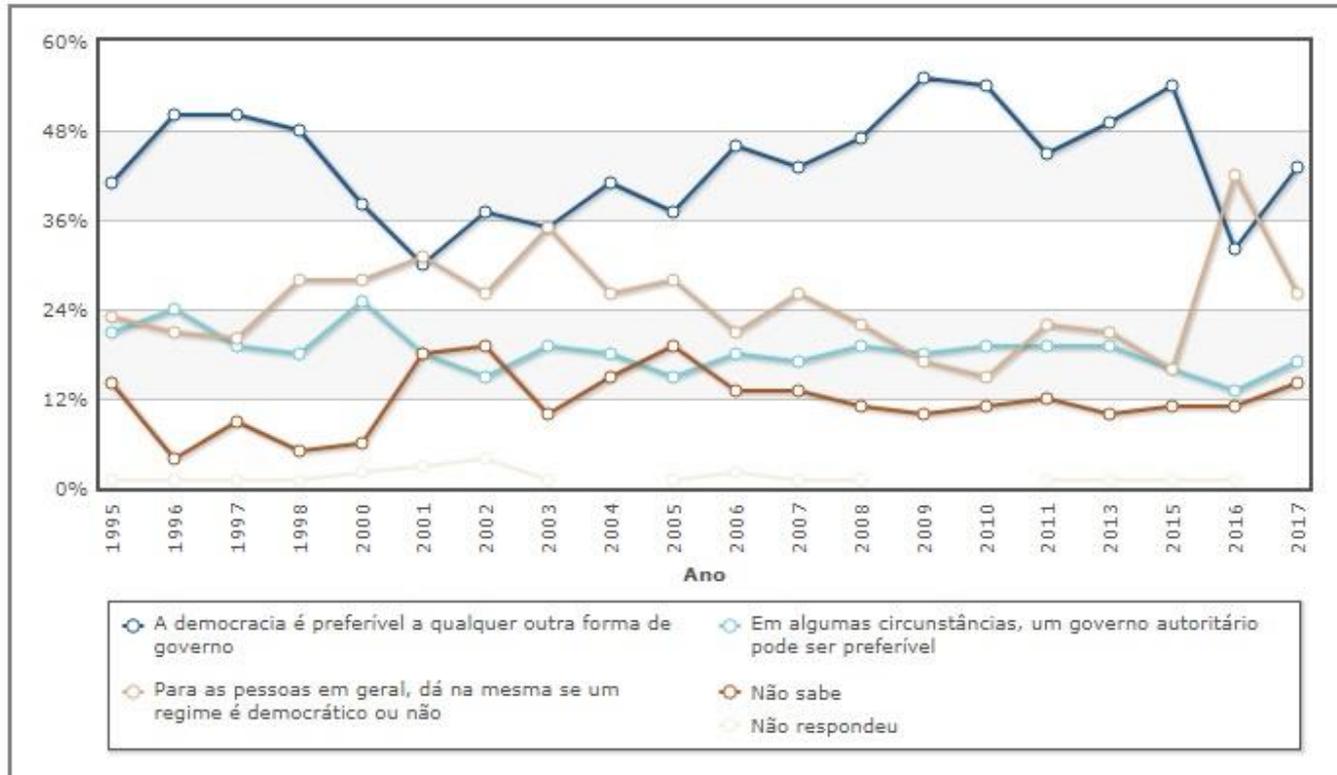
⁷ Cf. Latinobarômetro. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org>. Acesso em 11 jan. 2018.

Gráfico 1: Respostas à pergunta “Em geral, você diria que está muito satisfeito, satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil?”



Fonte: Latinobarômetro. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org>. Acesso em 11 jan. 2018.

Gráfico 2: Respostas à pergunta “Com qual das seguintes frases você está mais de acordo?”

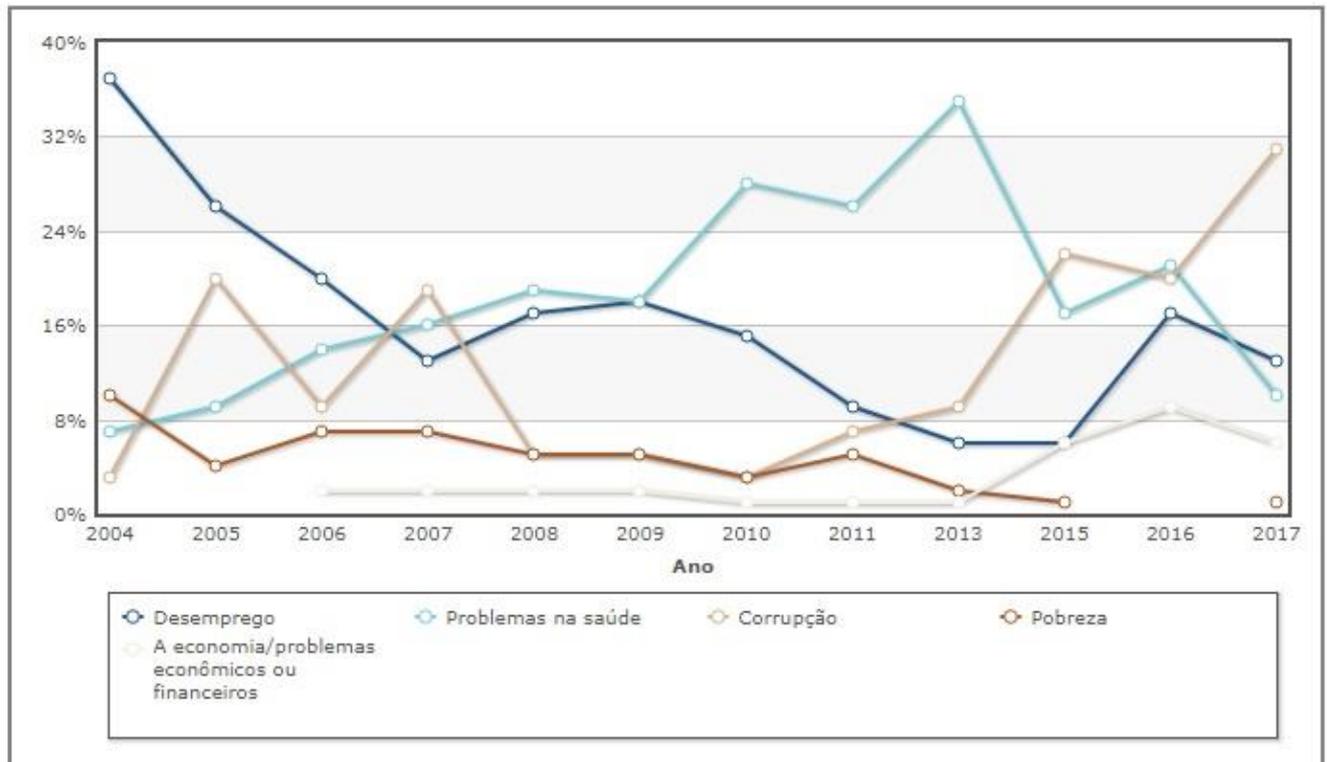


Fonte: Latinobarômetro. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org>. Acesso em 11 jan. 2018.

Do gráfico 1, depreende-se que a satisfação com a democracia atingiu seu auge em 2009 e 2010, anos em que quase 50% dos respondentes se diziam satisfeitos. Esse percentual cai para cerca de 12% em 2016 e 2017, anos em que mais de 50% dos respondentes diziam não estar nada satisfeitos com a democracia. Já o gráfico 2 oferece um ângulo diferente a partir do qual podemos avaliar a relação com a democracia: apesar da baixa satisfação, permanece abaixo de 24% o percentual de pessoas que acreditam que “em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível”. No entanto, o percentual daqueles para quem não há diferença entre um regime democrático e um regime autoritário atinge cerca de 40% em 2016. Nesse sentido, o Brasil parece se incluir no rol de países que são descritos por Norris (1999) como “céticos” em relação ao funcionamento da democracia.

Vejamos, enfim, o gráfico 3, referente ao que os entrevistados creem ser o maior problema do país.

Gráfico 3: Respostas à pergunta “Em sua opinião, qual é o problema mais importante do país?”



Fonte: Latinobarômetro. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org>. Acesso em 11 jan. 2018.

Considerando-se em conjunto os gráficos 2 e 3, além dos já citados estudos empíricos que estudam os efeitos da percepção da corrupção sobre instituições políticas, pode-se colocar como hipótese que no Brasil, assim como em outros países, a percepção da corrupção influencia o apoio à democracia. No entanto, na falta de estudos definitivos, por ora essa influência deve ser encarada como hipótese. Seja como for, é inequívoco que a corrupção passou a figurar como um grande problema aos olhos da população brasileira, o que por si só já exige que esse tema e o contexto de seu alçamento a essa posição de destaque sejam escrutinados.

2.4 Jornalismo no Brasil

Levando em conta o importante papel da mídia enquanto ator social e esse contexto político que dá evidências de disfunção, é adequado traçar um breve histórico do campo da imprensa no Brasil. O primeiro fato a se notar é que os estudos brasileiros sobre mídia e política são relativamente novos: por um lado, a ditadura militar iniciada em 1964 ensejou a expansão dos meios de comunicação e o surgimento de uma indústria cultural. Por outro lado, restringiu a discussão de temas políticos na mídia e empatou os esforços de investigação da relação entre política e comunicação. Estudos que estudam essa relação são praticamente inexistentes na década de 1970. O movimento “Diretas Já”, de 1984, é o marco do início desses estudos. Porém, a eleição de 1989 foi o grande motor desses estudos, pois evidenciou a importância política da mídia numa sociedade que é caracterizada por ter uma “sociabilidade acentuadamente midiaticizada” (RUBIM e AZEVEDO, 1998).

Foi no século XX que o jornalismo brasileiro passou por intensa transformação: o novo estágio da imprensa, iniciado principalmente a partir da década de 1940, tem por traço um modelo de jornalismo “isento”, que substituiu o modelo opinativo. Passa-se a seguir o modelo norte-americano, que é pautado por neutralidade e objetividade. Enfim, o jornal se adaptava aos “novos tempos”, e sua produção se tornava tecnicamente mais eficiente.

Apesar disso, historicamente os jornais brasileiros se ativeram às classes mais altas e, ainda que teoricamente sigam os preceitos de isenção e neutralidade, apresentam viés conservador (AZEVEDO, 2006; BIROLI, 2007). Por um lado, é razoável assumir que a crescente importância e difusão da internet facilitarão o processo de aumento da pluralidade política — ou, ao menos, que não serão uma barreira a ele. Por outro lado, a concretização desse processo esbarra na enorme concentração da propriedade dos meios de comunicação: 90% da mídia brasileira é controlada por cerca de quinze grupos familiares. Além disso, as três famílias detentoras dos três maiores jornais brasileiros (*O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*) são proprietárias de canais de televisão, emissoras de rádio, editoras, portais *online* etc (AZEVEDO, 2006).

O maior desses jornais é a *Folha de S. Paulo*. Fundado em 1921, esse jornal tem sido alvo de exame por parte de pesquisadores de diversas áreas, principalmente por conta de sua grande circulação e influência sobre outros meios

(BIROLI e MANTOVANI, 2014; ROTHBERG, 2014; SILVA e RASERA, 2011). O jornal é mensalmente acessado por cerca de 28 milhões de brasileiros⁸, dos quais mais de 17 milhões acessam seu conteúdo em plataformas digitais (FOLHA DE S. PAULO, 27/02/2016). Essa forma de consumo tem se tornado mais usual: a Pesquisa Brasileira de Mídia de 2015 mostra que cerca de 50% da população brasileira tem acesso à internet, e 65% dos jovens de até 25 anos de idade a utilizam todos os dias (BRASIL, 2015). Esses percentuais vêm crescendo sistematicamente nos últimos anos.

Apesar de a FSP sustentar *ex officio* que suas coberturas constituem um “jornalismo plural”, já se argumentou que essa pluralidade não se dá de forma a oferecer uma narrativa alternativa à versão principal (BIROLI e MANTOVANI, *op. cit.*). Ao invés disso, a narrativa principal é construída de modo colado aos fatos (o que serve como mecanismo autolegitimador), enquanto que a pluralidade se concretiza com poucos espaços reservados, por exemplo, à defesa feita pelo próprio indivíduo acusado de crimes. Assim, por conta da própria posição desse indivíduo, a defesa aparenta ser parcial e autointeressada, enquanto que a narrativa principal se apresenta como neutra.

Por fim, é notável que o jornal nem sempre tenha sido pautado por pluralidade e independência. Apesar de a FSP ter manifestado críticas liberais à ditadura quando esta já se aproximava de seu fim, o golpe de 1964 e boa parte da atuação de governos militares foram apoiados em seus editoriais⁹. Mesmo assim, em comparação com os outros dois maiores e mais tradicionais jornais brasileiros (O Globo e O Estado de S. Paulo), a FSP é o único periódico que apresenta maior pluralidade interna¹⁰ — algo visível quando se considera a diversidade de seus colaboradores, que provêm de variadas matrizes ideológicas.

2.5 Agenda-setting (ou agendamento)

⁸ Cf. <http://www1.folha.uol.com.br/institucional/>. Acesso em 18 jan. 2018.

⁹ Veja-se, nesse sentido, o editorial “Em defesa da lei”, de 2 de abril de 1964, que afirma, por exemplo, que “Não houve rebelião contra a lei, mas uma tomada de posição em favor da lei. Na verdade, as Forças Armadas destinam-se a defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. Ora, a pátria estava ameaçada pelo comunismo [...]”. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02b.shtml. Acesso em 3 dez. 2016.

¹⁰ A pluralidade (ou diversidade) interna diz respeito à quantidade de pontos de vista oferecida por um meio de comunicação (MCQUAIL, 2012).

O conceito de *agenda-setting* (ou agendamento) surge na década de 1970, contrariando evidências anteriores que sugeriam ser pequena a influência da mídia sobre os cidadãos (MCCOMBS e SHAW, 1972). A teoria do agendamento propõe que a mídia exerce papel fundamental na sociedade atual, já que tem papel crucial no processo por meio do qual o público identifica e atribui importância a temas e acontecimentos políticos. Assim, a mídia, por meio de seleção e ênfase em determinados temas, insere tais temas no imaginário do público, oferecendo a esse último os substratos de seu pensamento e deliberação; entretanto, um segundo nível contempla a perspectiva do enquadramento, mencionada acima. Por meio do enquadramento, a mídia adota determinados pontos de vista e exerce a valoração de determinados atributos, sugerindo também como tais substratos devem ser pensados (AZEVEDO, 2004). O foco deste trabalho é essa segunda perspectiva (que será mais bem discutida na seção seguinte).

O agendamento provoca uma forma de controle da realidade. Esse argumento encontra um paralelo no conceito de pseudo-ambiente (LIPPMANN, *op. cit.*), isto é, um ambiente forjado pela propagação de informações e situado entre os indivíduos e o ambiente real. A partir dessa base teórica, é possível entender determinadas situações em que eventos e/ou indivíduos passam a fazer parte da agenda midiática de maneira mais evidente. É o caso, por exemplo, quando a mídia pretende criar um movimento de comoção nacional: cria-se um ciclo de atenção sobre determinado assunto, para que ele passe a integrar a agenda pública (MCCOMBS, 2009). Veja-se, nesse sentido, o caso de Diana, princesa de Gales: sua morte foi amplamente explorada pela mídia internacional e foi manchete da *Folha de S. Paulo* durante quatro dias seguidos¹¹. Houve intensa discussão acadêmica sobre o tema, e argumentou-se, inclusive, que se tornou impossível afirmar se a comoção ocorrida era “autêntica” ou “mediada” (isto é, favorecida pela mídia) (TURNER, 2014). Vista sob essa perspectiva, a mídia não é só veículo de informações, mas também agente ativo no processo social e possivelmente norteador de eventos e mobilizações.

A questão da neutralidade e da objetividade, recorrente e preventivamente aventadas pelos meios de comunicação como sendo pautadoras de seu fazer jornalístico, deve ser vista como influenciável pelo processo de definição da agenda

¹¹ Cf. *Folha de S. Paulo* (31/08/1997, 01/09/1997, 02/09/1997 e 03/09/1997).

dos meios de comunicação (que não é neutro). Isto é, a agenda é definida pela seleção de temas classificados a partir de critérios específicos de relevância. Esses critérios são utilizados para que se defina quais eventos, personagens etc serão tratados pela imprensa (MIGUEL e BIROLI, 2010). Assim, a mídia, “ao selecionar determinados assuntos e ignorar outros define quais são os temas, acontecimentos e atores (objetos) relevantes para a notícia”, já que o espaço dos meios de comunicação (e, mais especificamente, dos periódicos) é limitado. Portanto, “ao enfatizar determinados temas, acontecimentos e atores sobre outros [a mídia] estabelece uma escala de proeminências entre esses objetos” (AZEVEDO, 2004: 52).

Em uma democracia de massa, os meios de comunicação selecionam determinados objetos em detrimento de outros, seleção essa que molda a agenda do público. Esse processo é denominado *agenda-setting* (ou agendamento). Porém, os efeitos do agendamento da mídia não são os únicos a influenciar a agenda do público: para uma análise desta, outras variáveis devem ser consideradas, a exemplo do ambiente. Tópicos relativos à economia, por exemplo, podem estar presentes na agenda do público de maneira mais independente de mediação, já que se trata de assunto com o qual o público tem algum contato cotidiano. Entretanto, a máxima de que a mídia é bem sucedida em inserir temas no imaginário do público é uma premissa que pauta os estudos sobre comunicação (MCCOMBS e SHAW, 1972, MCCOMBS, 2009).

Isso pois há uma necessidade inata em entender o ambiente que nos envolve, e esse entendimento frequentemente só pode ser alcançado com o auxílio dos meios de comunicação, dadas a magnitude e a complexidade da sociedade moderna. É nesse contexto que e a transferência de assuntos da agenda de mídia para a agenda do público se dá. Essa transferência não é direta e devem ser considerados dois elementos fundamentais: a relevância de um assunto e o grau de incerteza sobre ele (MCCOMBS, 2009). A relevância, que é a condição que define a necessidade de orientação, varia de acordo com características ambientais, sociais etc, e é diretamente proporcional à necessidade de orientação. A incerteza, por sua vez, está ligada ao grau de desconhecimento do público em relação ao assunto, de forma que um alto grau de incerteza aumenta o grau de relevância e leva o público a buscar mais informações a respeito do assunto.

Nesse sentido, a corrupção (enquanto objeto de estudo) merece destaque: o conhecimento do público sobre sua presença nas instituições dificilmente ocorrerá sem que haja atuação dos meios de comunicação, já que, à diferença de assuntos tais como inflação e desemprego, informações sobre corrupção política dificilmente poderão ser acessadas pela população. Adotando a tipologia de McCombs (*ibid.*), trata-se de um assunto pouco intrusivo, isto é, sobre o qual o cotidiano do cidadão comum não oferece elementos suficientes que possam ser mobilizados a fim de se construir determinada interpretação da realidade. Nesse caso, o agendamento tem maior possibilidade de “controlar” a realidade que se apresentará ao público, já que é só por meio da imprensa que os episódios de corrupção se farão conhecer publicamente. Em suma, deve ficar claro que existem mecanismos midiáticos para promover um assunto em detrimento de outros, tenha tal assunto relevância pública excepcional ou não.

A teoria do escândalo (THOMPSON, 2001) analisa essas diversas possibilidades de que dispõe a imprensa e nos fornece subsídios para refletir sobre a atenção midiática. Na sociedade atual, para que determinado tema se torne um “escândalo”, ele obrigatoriamente deve receber atenção dos meios de comunicação, forma pela qual se torna público (CHAIA e TEIXEIRA, 2001; FILGUEIRAS, 2009; THOMPSON, 2001). Nesses casos, é adotada uma narrativa episódica e sequencial (semelhante àquela dos folhetins) onde é possível identificar as fases do enredo – o auge e a reviravolta, por exemplo – e as principais personagens que compõem a trama. Esse formato é tradicional em veículos de entretenimento dedicados a celebridades, mas também é explorado na cobertura de casos de corrupção política. O caso da Lava-Jato, por exemplo, parece se enquadrar nessa categoria, já que foi mobilizado sistematicamente por diversos meios de comunicação, por longo período de tempo.

Dessa forma, o escândalo contemporâneo pode ser visto como um caso extremo do poder de agenda da imprensa e, como dissemos, pode prejudicar seriamente a reputação dos indivíduos envolvidos (e também das instituições às quais eles pertencem). Esse prejuízo é muito maior na atualidade do que nos casos pré-modernos de escândalo: nesses casos, que ocorriam até fins do século XVIII, a publicidade do episódio escandaloso alcançava apenas os indivíduos próximos aos protagonistas do escândalo, o que limitava o número de pessoas que tomavam conhecimento do ocorrido. Além disso, as evidências à disposição do público eram

mais efêmeras antes da atuação da mídia: uma conversa oral com conteúdo escandaloso, por exemplo, frequentemente não bastaria para que se constituísse um escândalo, já que invariavelmente haveria contradições a respeito do que de fato foi dito. (THOMPSON, 2001)

Esses dois elementos — a publicidade do acontecimento e a facticidade das evidências — são de natureza totalmente diferente quando existem meios de comunicação de massa. Hoje, a publicidade se exerce de forma instantânea e praticamente em qualquer lugar, o que facilita, por exemplo, a transformação de uma simples conversa em um acontecimento nacional. A fundamentação das evidências também sofreu intensa modificação: a veiculação de fotografias e de gravações possibilita que as evidências se materializem e se mantenham acessíveis ao público por longo período de tempo, o que também pode lançar as bases para que se crie um escândalo (*ibid.*).

A questão do escândalo também se relaciona com a premissa de que a imprensa deve agir como *watchdog* — o “cão de guarda” que vigia o bem público contra as más intenções privadas. A “campanha anticorrupção”, protagonizada nos últimos anos pelos meios de comunicação, parece se basear em argumentos da ética e da moralidade (ALDÉ, MENDES e FIGUEIREDO, 2007).

Exemplo disso é o caso do já mencionado “mensalão”¹². O “mensalão” é paradigmático do escândalo thompsoniano e mostra a profunda consequência política que vem associada ao poder de agenda midiático. Cerca de doze anos separam esse caso daquele que fora, até então, o último episódio de corrupção que de fato se tornou um escândalo: o “Collorgate”, no qual o ex-presidente Fernando Collor foi investigado por fraude nos gastos da campanha à presidência. Entretanto, o “mensalão”, além de ter sido alvo de intenso foco midiático, coincidiu com o calendário eleitoral e foi amplamente utilizado pelos partidos que faziam oposição ao partido incumbente (AZEVEDO, 2009; MIGUEL e COUTINHO, 2007). Mostrou-se, assim, que o “mensalão” e a crise política foram os temas principais tratados pela imprensa nos anos de 2005 e 2006, e foi o principal objeto das campanhas eleitorais no último desses anos (BIROLI e MANTOVANI, 2014; AZEVEDO, 2009).

De certa forma, essa exploração de erros por parte da oposição faz parte da disputa política. O próprio PT, que esteve *sub judice* quando do caso do “mensalão”

¹² O uso de termos popularizadores talvez possa potencializar a transformação de um evento corriqueiro em um “escândalo”.

e também se vê implicado no caso da Lava-Jato, foi ferrenho acusador do governo Collor quando este se via em crise (AZEVEDO, 2009). Menos óbvio, porém, é o modo pelo qual a denúncia do “mensalão” trouxe consigo um componente valorativo da política. Para além dos temas imediatos da corrupção e do fisiologismo, o episódio desencadeou, nos jornais, a posição segundo a qual seria importante “modernizar” a política e reduzir o papel do Estado. Entretanto, nada se disse sobre as desigualdades na relação entre economia e política, desigualdades que dão à primeira um peso desproporcional. A cobertura, assim, delimitou o problema tanto de forma a expor a visão dos jornais quanto de forma a excluir da discussão quaisquer alternativas que por ventura pudessem questionar o *statu quo*. Dessa forma, “[com] a punição dos maus e as devidas medidas profiláticas para evitar que episódios similares ocorram, volta-se à ‘normalidade’, isto é, ao adequado funcionamento do sistema [...]” (MIGUEL e COUTINHO, *op. cit.*: pp. 120-1), sistema esse que não passa por análise crítica e cujas assimetrias não são questionadas. Como veremos, a cobertura da Lava-Jato apresentou características similares.

Em suma, o caso do “mensalão” explicita, de um lado, a influência que o agendamento pode ter na política e, de outro, o poder midiático de *conservar* o funcionamento das instituições ao obstar certos debates. Esse segundo poder, entretanto, pode ser mais bem compreendido se nos servirmos da perspectiva do enquadramento, estudada na seção seguinte.

O caso explorado neste trabalho, portanto, encontra paralelo numa série de estudos feitos recentemente sobre a cobertura midiática da corrupção. A Operação Lava-Jato entrou para a agenda da mídia em 2015, foi explorada sequencialmente por longo período, contribuiu para o descrédito da maior empresa estatal brasileira (Petrobras), do governo federal e do Partido dos Trabalhadores (PT), e parece ter sido um dos motivos que suscitaram uma série de manifestações públicas (GALVÃO e TATAGIBA, 2017). Em suma, e apesar de não nos ocuparmos neste trabalho com as possíveis recepções do tema por parte do público, a teoria do agendamento nos dá outro ângulo para apreciar a importância que os meios de comunicação têm para a política. Adicionalmente, essa teoria nos dá subsídios para que possamos pensar as formas por meio das quais a corrupção, além de ser construída como um escândalo thompsoniano, pode atrair a atenção dos cidadãos — chegando inclusive a figurar (na opinião destes) como o maior problema do país, como vimos no gráfico 3.

2.6 A perspectiva do enquadramento

A noção de enquadramento é complexa: Bateson (1972) a articula a partir do campo da biologia, já que especula sobre a forma como animais que participam de atividades lúdicas sabem que o estão fazendo — isto é, sabem que não estão sob ameaça, mesmo que os atos lúdicos simulem uma luta, por exemplo. Essa definição, que à primeira vista parece afastada das ciências sociais, é útil porque nela está embutido o conceito fundamental de *enquadrar*: esse ato envolve a capacidade de interpretar a realidade a partir de elementos pré-estabelecidos. É nessa esteira que Goffman (1986 [1974]) sistematiza o conceito, que logo passaria a ser amplamente usado nas ciências sociais: “[...] assumo que as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos [...] e nosso envolvimento subjetivo neles.” (p. 10, tradução nossa).

Enquadrar envolve, fundamentalmente, selecionar e salientar aspectos dos fatos noticiados, com vistas a incentivar determinadas formas de abordagem e avaliação do objeto em questão (ROTHBERG, 2007). Dessa forma, o enquadramento é um recurso que lança mão de práticas específicas (seleção, ênfase etc.) para que se efetue a organização do discurso (PORTO, 2004). Em outros termos, enquadrar é

“selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais salientes em uma comunicação, de modo a promover uma definição particular de um problema, interpretação causal, apreciação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito.” (ENTMAN, 1993:52)

Reese (2007) complementa essa definição sugerindo que o foco da análise de enquadramento deve justamente recair sobre a *forma* pela qual se promove a delimitação de um problema: para ele, o enquadramento “abre espaço para interpretação, captura um processo mais dinâmico de negociar o significado, e realça as relações dentro do discurso” (p. 152, tradução nossa).

Vejamos um exemplo clássico, fornecido por Tversky e Kahneman (1981), que evidencia o poder do enquadramento. Os autores mostraram como o realce de

determinados aspectos influencia a tomada de decisão ao aplicarem a um grupo de estudantes universitários um questionário com a seguinte situação problema:

“Imagine que os Estados Unidos estão se preparando para um surto de uma incomum doença asiática, que supostamente matará 600 pessoas. Dois programas alternativos para combater a doença foram propostos. Suponha que a estimativa científica exata das consequências dos programas seja a seguinte: se o Programa A for adotado, 200 pessoas serão salvas; se o Programa B for adotado, há 1/3 de probabilidade das 600 pessoas serem salvas, e 2/3 de probabilidade de nenhuma pessoa ser salva.” (idem, p. 453, tradução nossa)

Diante dessas duas possibilidades, 72% dos entrevistados optaram pelo “Programa A” e 28% deles escolheram o “Programa B”. O problema foi então proposto a outro grupo de estudantes, e numa nova formulação, de forma a apresentar dois novos “programas” para a solução do impasse:

“Se o Programa C for adotado, 400 pessoas morrerão; se o Programa D for adotado, há 1/3 de probabilidade de ninguém morrer, e 2/3 de probabilidade de as 600 pessoas morrerem”. (idem)

Nesse caso, o “Programa C” foi escolhido por 22% dos entrevistados, e o “Programa D” foi escolhido por 78% deles. Note-se, assim, que a mera reformulação do problema de forma a focar possíveis perdas (por oposição a ganhos, no caso dos programas A e B) fez com que os indivíduos apresentassem um comportamento de tomada de risco, enquanto que na primeira formulação o comportamento foi pautado pela aversão ao risco. Em outros termos, o enquadramento do problema salientou determinados aspectos de maneira a estimular diferentemente a racionalidade dos entrevistados. Assim, apesar de as probabilidades serem idênticas nas duas formulações, o realce de elementos distintos levou os indivíduos a tomarem decisões distintas.

Há, ainda, duas categorias de enquadramento: noticioso e interpretativo. O enquadramento noticioso é deliberadamente utilizado pelos profissionais da comunicação para apresentar, selecionar e enfatizar fatos durante o processo de produção da notícia. Já o enquadramento interpretativo é um padrão de interpretação da realidade, isto é, traz consigo um ferramental para que se avalie temas e eventos. Adicionalmente, o enquadramento interpretativo permite que se

busque, inclusive, inquirir sobre causas e soluções de problemas. Ainda, apesar de ser um padrão reforçado por profissionais da comunicação, sua elaboração se dá por atores políticos e sociais (PORTO, *op. cit.*). As análises que serão realizadas neste trabalho fazem uso desse segundo conceito de enquadramento.

A análise de enquadramento envolve, assim, “verificar como os atributos definem a estrutura narrativa da matéria e configuram a imagem do objeto descrito pela matéria”. (AZEVEDO, 2004: 58). Operacionalmente, a análise dos atributos é feita considerando-se a frase ou o parágrafo como unidade de análise, e é a partir desse procedimento que se avalia como a matéria analisada configura a imagem de seu objeto (*idem*). Ainda, tratando-se do enquadramento interpretativo, “um passo importante é a identificação das interpretações que são apresentadas sobre os principais eventos e temas políticos.” (PORTO, *op. cit.*, p. 19) Dessa forma, o processo político pode ser encarado como uma disputa para fazer valer determinada interpretação da realidade. Portanto, tendo em conta a disputa no que diz respeito à formação da imagem, a análise de enquadramento é uma metodologia adequada, já que permite que se esclareça o processo por meio do qual essa formação se realiza.

3 Análise dos dados

3.1 Metodologia

O material empírico utilizado é composto pelos editoriais da FSP. Foram coletados todos os editoriais publicados entre 17 de março de 2014 (quando teve início a Operação Lava Jato) e 31 de dezembro de 2017, totalizando 2728 editoriais. A coleta foi feita por meio do portal do jornal¹³. O período total de publicações analisadas foi dividido em diversos intervalos, cada qual compreendendo um subperíodo de três meses. Dessa forma, o banco de dados (composto pelos editoriais) foi organizado a partir do período trimestral, permitindo que se cruzasse a análise de frequência do tema em questão com o momento político pelo qual passava o país.

De posse do banco de dados, a primeira análise feita envolveu a comparação entre a frequência de editoriais que tratam da operação e a frequência de editoriais que tem outro tema por objeto. Essa análise de frequência foi feita considerando-se o contexto de publicação dos editoriais; dessa forma, busca-se compreender em que momentos políticos houve maior menção à operação. Ainda, foram identificados os atores que receberam maior destaque pelo jornal em cada período trimestral.

Todos os editoriais coletados foram classificados quanto ao seu tema principal — isto é, se têm por tema principal a OLJ ou não. Dos 2728 editoriais publicados no período em questão, 107 tinham por objeto principal a operação. Inicialmente, para a análise da frequência da operação no jornal, foi feita a comparação entre o número de editoriais destinados à OLJ e o número de editoriais dedicados aos demais temas. Por meio dessa análise, visou-se notar se a investigação ocupou um espaço significativo dentro da agenda da FSP — e, mais especificamente, dentro de sua agenda de opinião.

Em seguida, levando-se em conta o recorte trimestral, foi analisada a frequência de editoriais que fizeram menção à operação, de forma a identificar associações entre o contexto político nacional e 1) o destaque dado à “Lava Jato”, e 2) o protagonismo (atribuído pelo jornal) de determinados atores. Isso permitiu que se compreendesse em que momentos a operação foi destacada pelo jornal; quais

¹³ <http://www.folha.com.br>

foram os atores salientados pelo jornal; e em quais contextos isso se deu. Foram identificados os partidos citados com maior frequência nos editoriais e as lideranças que ocupam ou não cargos.

A opção pela estruturação do banco de dados em períodos trimestrais se justifica porque, à análise do processo de construção da imagem da Operação Lava Jato e dos atores, convém levar em consideração o contexto político, que pode ser mais bem compreendido quando se opta por um recorte de progressão cronológica¹⁴. Em suma, a partir da identificação da frequência do tema “Operação Lava Jato”, pôde-se situar de forma quantitativa a caracterização da investigação no plano mais amplo da agenda da FSP. Paralelamente, foi feita a identificação dos atores e da frequência com que esses mesmos atores são mencionados.

Na segunda fase da análise, que compreendeu tanto a caracterização da operação pela FSP quanto a formação da imagem dos atores, a abordagem metodológica utilizada foi a da análise de enquadramento, já discutida na seção anterior. Assim, foi realizada uma análise dos principais enquadramentos encontrados nos editoriais obtidos. Nesta fase da pesquisa, o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) foi considerado como marco divisor de dois períodos, os quais foram analisados a fim de verificar diferenças no uso dos enquadramentos.

A operacionalização do conceito de enquadramento se deu por meio da abordagem da matriz de assinatura (GAMSON e MODIGLIANI, 1989). O material, composto pelos editoriais, foi classificado de acordo com palavras-chave estabelecidas após a leitura. As palavras-chave são os elementos que resumem o argumento central do texto. Em seguida, os editoriais foram analisados por meio do método dos pacotes interpretativos, que são quadros de referência a partir dos quais os indivíduos percebem e compreendem os fatos da realidade e atribuem sentidos a eles. Em outros termos, os pacotes interpretativos revelam uma ideia central a partir da qual o texto oferece determinada interpretação dos fatos (AZEVEDO, 2004; PORTO, *op. cit.*; GAMSON e MODIGLIANI, *op. cit.*).

A última seção de análise versa sobre os períodos em que houve publicação seriada de editoriais sobre a OLJ, ou seja, diz respeito ao que chamamos de períodos críticos. Esses períodos se definem simplesmente por serem fases em que

¹⁴ A alternativa seria categorizar os editoriais em função das fases da Operação Lava Jato; entretanto, nesse caso o foco da análise possivelmente recairia mais sobre a atuação dos executores da operação do que sobre sua contextualização no cenário político.

a FSP julgou a operação importante o suficiente para que esta ocupasse grande espaço na sua pauta opinativa. Assim, quando mais de quatro editoriais foram publicados em um período de 15 dias, organizamo-los em “aglomerados” que trazem também as manchetes do dia da publicação dos editoriais, o que nos permitiu verificar como a agenda opinativa do jornal se concatenou com a agenda informativa. Em outras palavras, buscou-se avaliar se a FSP destacava como manchete aqueles eventos e temas de que ela tratava em seus editoriais.

Em suma, esses procedimentos nos permitiram 1) identificar os períodos em que a OLJ recebeu destaque; 2) notar como a operação e seus vários atores foram enquadrados em cada um dos editoriais analisados; e 3) identificar quais eram e como variaram os enquadramentos utilizados para retratar a OLJ. A análise dos enquadramentos associada à identificação do contexto político permitiu que se fizesse um estudo do ambiente, isto é, que se levasse em conta os enquadramentos como resposta ao meio, por um lado, e como influentes neste mesmo meio, por outro. Evitou-se, assim, que os textos midiáticos fossem vistos como corpos reificados, como se não fossem responsivos ao meio e às mudanças sociais (REESE, 2007).

3.2 Análise de frequência

3.2.1 Frequência do tema “Operação Lava-Jato” nos editoriais

A OLJ teve sua primeira fase deflagrada em 17 de março de 2014. O nome decorre de que a investigação teve por objeto inicial uma rede de postos de gasolina utilizada para movimentar recursos ilícitos¹⁵. O aprofundamento da investigação terminou por revelar uma rede de atores provindos de diversos setores — empreiteiras, executivos de empresas públicas, políticos, doleiros etc — que desviaram recursos da Petrobras. A “rede” foi descoberta por conta do *modus operandi* implementado pelos investigadores: firmaram-se inúmeros acordos de colaboração premiada (popularmente conhecida como *delação premiada*), por meio dos quais novos atores são apontados pelo investigado inicial em troca de

¹⁵ Cf. Ministério Público Federal. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br>. Acesso em 06 nov. 2017.

benefícios a este último. Dessa maneira, o número de atingidos pela investigação espalhou-se enormemente.

Em termos legais, o mero apontamento, em uma colaboração premiada, do envolvimento de determinada pessoa em atos ilícitos não implica em condenação desta, já que o processo legal não deixa de se basear em provas. Entretanto, em se tratando de atividades políticas, a citação *per se* pode evidentemente ser explorada a fim de afetar reputações. Isso é tão mais verdadeiro se partilharmos da teoria thompsoniana do escândalo, que dispõe que todos os escândalos possuem, invariavelmente, um componente que diz respeito à disputa por poder simbólico: no caso de escândalos de corrupção política, não só o poder político imediato do acusado sofre abalos, mas pode haver danos à sua reputação perante a sociedade e danos à própria organização ou instituição a qual ele pertence (THOMPSON, 2001: 345).

Além disso, e tendo em vista escândalos que se sustentam em pauta por períodos de tempo mais longos, não só a reputação de indivíduos ou das instituições mais próximas a eles se fragilizam. No caso da política contemporânea, como dissemos anteriormente, a desconfiança da própria democracia e da vida pública como um todo pode atingir níveis altos. Embora se deva ter cautela ao atribuir causalidade, parece seguro supor que os altos índices de desconfiança da população brasileira em relação às instituições políticas se devam parcialmente aos escândalos de corrupção. Em que pesem outros fatores (a exemplo das manifestações de rua ocorridas em junho de 2013 e do período de séria deterioração econômica do país), os escândalos de corrupção provavelmente contribuíram para que, por exemplo, entre 2013 e 2015, tenha havido uma queda de 20 pontos percentuais no número de brasileiros que tem muita ou alguma confiança no governo. Similarmente, a confiança em partidos políticos também apresentou forte queda nesse período: se em 2013 cerca de 20% dos brasileiros tinha alguma ou muita confiança em partidos, essa porcentagem cai para 10% em 2015¹⁶.

Fizemos essas breves considerações porque elas podem iluminar o primeiro resultado que se evidencia quando analisamos a frequência de menções à OLJ na *Folha de S. Paulo*. Conforme se nota no gráfico 4 (abaixo), a *Folha* publicou em 2014 apenas cinco editoriais sobre a operação. Para fins de visualização, este

¹⁶ Cf. Latinobarômetro. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org>. Acesso em 06 nov. 2017.

primeiro gráfico apresenta divisão mensal, diferindo do que propusemos na seção metodológica. De acordo com divulgação do MPF, nesse ano houve 15 “acontecimentos públicos” ligados à operação, tais como buscas e apreensões, denúncias e prisões¹⁷.

Gráfico 4: número mensal de editoriais sobre a OLJ publicados entre 17/03/14 e 31/12/2017.



Fonte: elaborado pelo autor.

Assim, pode-se dizer que a FSP tratou da OLJ de forma modesta em seus editoriais durante esse ano. Entretanto, como não foi feita análise sistemática das manchetes e das notícias de capa, não se pode afirmar categoricamente que a operação tenha recebido pouca atenção por parte do jornal.

Comparando-se o ano de 2014 aos anos seguintes, o número de editoriais sobre a OLJ nesse primeiro ano da investigação foi reduzido: como dissemos, apenas cinco editoriais a tiveram por tema principal durante todo o ano de 2014 — número pequeno, se comparado com os 102 editoriais publicados entre 2015 e 2017. E, mesmo que se considere que a operação não tinha até então tomado grandes proporções (*i.e.*, não tinha atingido grande número de políticos), pode-se afirmar que os editorialistas da FSP deram parca atenção a ela. Isso sugere que o jornal ainda se posicionava de maneira cautelosa em relação à OLJ.

Corroborar essa hipótese o fato de que, logo antes do primeiro turno das eleições de 2014, a FSP não publicou editoriais sobre a operação — e isso apesar de trazer manchetes sobre o acordo de colaboração premiada negociado pelo

¹⁷ Cf. Ministério Público Federal. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-Lava-Jato/atuacao-na-1a-instancia/parana/linha-do-tempo>. Acesso em 06 nov. 2017.

doleiro Alberto Youssef, evento esse que já dava mostras de grande capacidade de afetar o PT. Assim, na manchete de 24 de setembro de 2014, lançada 11 dias antes do primeiro turno, lia-se que “Doleiro do caso Petrobras negocia delação premiada”¹⁸. Similarmente, a manchete do dia 28 do mesmo mês trazia que “PF investiga ligação entre tesoureiro do PT e doleiro preso”¹⁹. Em nenhum dos casos houve publicação de editoriais sobre o assunto. Ressalte-se, assim, que esse “silêncio”, qualquer que seja seu motivo, deve ser entendido como uma *posição deliberada*, uma vez que no ano de 2014 a investigação já procedia de maneira similar à que, no futuro, receberia grande atenção midiática.

O mês de novembro de 2014 marca a entrada definitiva da OLJ na agenda opinativa da FSP. Deste mês até o fim do período analisado (dezembro de 2017), somente no mês de janeiro de 2017 não houve publicação de editoriais sobre a operação. A média de editoriais que a tiveram por tema principal foi de 2,2 artigos por mês, ou cerca de 4%, levando-se em consideração todo o período estudado. Se se contabiliza o período entre outubro de 2014 e dezembro de 2017, essa média sobe para 2,8 artigos por mês, ou cerca de 4,5%. Assim, foi publicado pouco menos de um editorial a cada dez dias corridos.

O número é expressivo: a título de comparação, Azevedo (2016, *op. cit.*) notou que a média de editoriais publicados nos períodos eleitorais ocorridos entre 1989 e 2014, e que tratavam do tema “corrupção política” (mais amplo, portanto, que o tema de interesse deste trabalho), foi de 2,7%. Apesar de essa última média tratar apenas de períodos eleitorais, também dispomos de um dado equivalente, ao considerarmos o período eleitoral de 2016: neste caso, foram publicados 5 editoriais sobre a OLJ, ou cerca de 5,3%. Portanto, excetuando-se o período eleitoral de 2014, durante o qual a operação ainda não havia entrado definitivamente para a agenda do jornal, pode-se dizer que, *grosso modo*, a Lava Jato recebeu grande visibilidade durante cerca de 3 anos. Novamente com vistas à comparação, o tema “corrupção política” foi alvo de cerca de 8% dos editoriais publicados no período eleitoral de 2006, período em que o caso da Ação Penal 470 (o chamado “mensalão”) foi explorado *ad nauseam* pelos meios de comunicação (AZEVEDO, 2017; BIROLI e MANTOVANI, 2010). Um terceiro dado dá a dimensão do espaço ocupado nos editoriais pela Lava-Jato: se durante todo o período de análise deste trabalho a

¹⁸ FOLHA DE S. PAULO, 24/09/2014.

¹⁹ FOLHA DE S. PAULO, 28/09/2014.

operação foi tema de 4% dos editoriais, cerca de 15% deles tratavam de temas sociais (que incluem, por exemplo, saúde, educação e pobreza).

Em contrapartida, e apesar de ter partido de categorização distinta, Miguel e Coutinho (*op. cit.*) encontraram uma porcentagem consideravelmente mais alta de editoriais que tratavam do “mensalão”. Nesse caso, editoriais que tratassem — mesmo que lateralmente, nos termos dos autores — de consequências e de tratativas políticas decorrentes do “mensalão” foram considerados como diretamente concernentes a este evento, o que provavelmente contribuiu de forma significativa para que os autores obtivessem a média mensal de 24%. Porém, a metodologia aqui empregada segue a esteira de Azevedo (2017), o que nos permite afirmar que a Lava Jato esteve na pauta opinativa da FSP por longo período de tempo. O gráfico 5, a seguir, dispõe a frequência desses editoriais vista a partir de períodos trimestrais (como consta da seção metodológica), o que nos permite desprezar grandes variações entre os meses e verificar a constância do tema em intervalos maiores.

Gráfico 5: frequência percentual de editoriais sobre a OLJ por trimestres.



Fonte: elaborado pelo autor.

Em suma, a partir de fins de 2014, a OLJ esteve fortemente presente na agenda opinativa do jornal. Essa presença permite que se diga que a operação parece ter constituído um escândalo thompsoniano: embora não tenhamos analisado as notícias publicadas pelo jornal, a publicação sequencial de editoriais

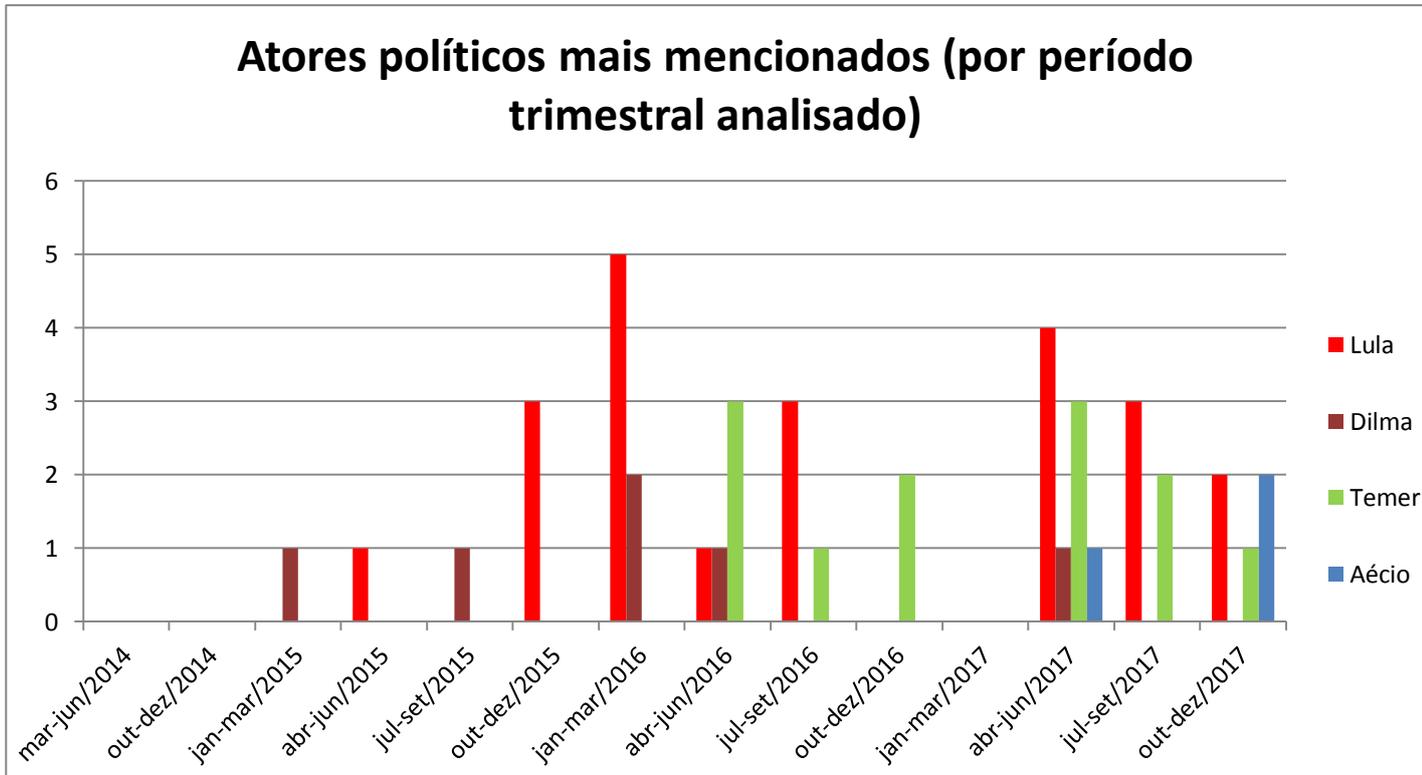
sobre a Lava-Jato é uma das características que compõem a definição do escândalo. E apesar de não tratarmos neste trabalho da possível recepção desse assunto por parte do público, podemos assumir — levando em conta a teoria do agendamento — que a OLJ também esteve presente no imaginário dos leitores do jornal.

3.2.2 Frequência dos atores principais mencionados

Trataremos, agora, de analisar a frequência com que determinados atores políticos foram o centro de interesse dos editoriais. Ressalte-se que apenas são contabilizados os atores que foram o tema principal de no mínimo três editoriais ao longo de todo o período, e que 1) foram o alvo único dos editoriais; ou 2) dividiram a atenção do editorial com no máximo um outro ator. Portanto, o senador Renan Calheiros (PMDB – AL), por exemplo, que é o ator principal em dois dos editoriais aqui contabilizados, e é mencionado em conjunto com outros atores em um terceiro editorial, não aparece nos gráficos de frequência.

No apêndice A consta a tabela que contabiliza todos os editoriais concernentes à OLJ, bem como os principais atores políticos mencionados em cada editorial. Os casos dos quais não constam nomes envolvem duas possibilidades: ou nenhum ator foi efetivamente mencionado; ou houve menção lateral ao ator; ou, ainda, o número de mencionados foi maior que três, o que indica que esses editoriais trataram de forma difusa dos atores. O gráfico 6, a seguir, permite que se visualize os atores políticos mais mencionados ao longo dos quase quatro anos analisados. Esse gráfico traz um grande número de informações, principalmente se o estudamos tendo como pano de fundo o contexto político no qual as publicações ocorreram. Por isso, nos deteremos consideravelmente a ele.

Gráfico 6: Atores políticos mais mencionados por período trimestral.



Fonte: elaborado pelo autor.

Começando pelo ano de 2014, nota-se aqui a “cautela” de que falamos anteriormente: não há menção explícita a nenhum dos atores que futuramente ocuparão o centro em torno do qual gravitam os editoriais sobre a operação. O primeiro editorial sobre a Lava Jato, por exemplo, tem como alvo central a figura de André Vargas (então deputado pelo PT-PR), que posteriormente não aparecerá em mais nenhum editorial. Dos cinco editoriais publicados nesse ano, três discorrem sobre aquilo que enxergam como sendo uma devassa na Petrobras. Os títulos são sugestivos da forma como o tema será tratado: “Corrupção profunda”²⁰, “Petrobras em descrédito”²¹, e “Teias da corrupção”²². Há menção a “governos petistas”, mas esses só são o foco do último editorial do ano.

O primeiro editorial que tem por foco a figura da ex-presidente Dilma Rousseff é intitulado “Poço sem fundo”²³, e foi publicado em 30 de janeiro de 2015. Inicia-se então um período em que o PT e figuras petistas serão os alvos majoritários da FSP:

²⁰ FOLHA DE S. PAULO, 16/11/2014.

²¹ FOLHA DE S. PAULO, 24/11/2014.

²² FOLHA DE S. PAULO, 03/12/2014.

²³ FOLHA DE S. PAULO, 30/01/2015.

até 8 de abril de 2016, 36 editoriais sobre a OLJ foram publicados, 18 dos quais possuíam ator definido. Destes 18, 16 tinham por foco principal figuras associadas ao PT, um menciona os senadores Renan Calheiros (PMDB – AL) e Fernando Collor (PTB - AL), e outro menciona o governador Geraldo Alckmin (PSDB – SP). Assim, dos 18 editoriais que tem atores definidos, 16 deles tratam quase que exclusivamente do PT²⁴.

Conforme se nota no gráfico, o destaque dado às figuras petistas se intensifica entre outubro de 2015 e março de 2016: este período compreende os estertores do governo de Dilma Rousseff, afastada em 17 de abril de 2016²⁵ pela Câmara dos Deputados. No mês de março de 2016, inclusive, foram publicados oito editoriais sobre a operação, número esse que é o único valor discrepante de toda a série. Trataremos desse mês na seção seguinte, que discorrerá sobre a publicação de editoriais em “aglomerados”. Por ora, basta notar que do início da vigência da operação (março de 2014) até fins de março de 2016, somente dois editoriais²⁶ que tinham atores definidos não tratavam de figuras petistas. Pode-se dizer, por isso, que os editoriais da FSP acompanharam *pari passu* o desenrolar da crise política (prejudicial ao governo federal) desencadeada em 2015.

A menção quase que exclusiva a figuras petistas e ao governo Rousseff corrobora o achado de Azevedo (2017), que aponta elementos de antipetismo por parte do jornal. E isso principalmente se levarmos em conta que entre o *impeachment* e o fim de 2017, o governo Temer (PMDB) não recebeu destaque nos editoriais. Ou seja, mesmo após a troca do governo, e apesar das investidas da OLJ contra figuras centrais do novo governo — incluída aí a de Michel Temer — a figura do novo presidente foi o alvo principal de 12 editoriais, número idêntico ao de editoriais que trataram da figura do ex-presidente Lula. Em suma, e conforme se nota no gráfico 6, no período anterior ao *impeachment* praticamente só houve menção a figuras petistas, apesar de o espraiamento da OLJ já ter atingido indivíduos de inúmeras siglas; e após o *impeachment*, Temer, enquanto presidente,

²⁴ No gráfico x, não estão contabilizadas as menções aos seguintes indivíduos: Renan Calheiros, Fernando Collor, João Vaccari Neto, José Dirceu, João Santana, Eduardo Cunha, Delcídio do Amaral, Aloízio Mercadante e Geraldo Alckmin. Isso pois nenhum deles foi o alvo principal por mais de 3 vezes ao longo de todo o período que estamos revistando. Seus nomes e posição que ocuparam constam no apêndice A.

²⁵ Neste dia, a Câmara dos Deputados autorizou a instauração do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff,

²⁶ FOLHA DE S. PAULO (23/07/2015, 30/03/2016).

recebeu a mesma atenção dada a um ex-presidente saído do cargo há mais de cinco anos.

Assim, em termos quantitativos, a atuação da FSP parece ir de encontro à posição oficial sustentada pelo jornal, qual seja, a de que a solução para a crise política deveria passar pela renúncia da presidente e de seu vice, renúncia que seria então seguida por novas eleições²⁷. Os dados aqui exibidos sugerem fortemente que o foco do jornal, ao menos no que tange à seção de editoriais, foi a administração petista, praticamente a única mencionada no período *pré-impeachment*. Esse foco se manteve parcialmente no período *pós-impeachment*, em que as atenções se dividiram entre Lula e Temer. Como veremos, a análise qualitativa corroborará esse argumento, ao evidenciar as diferenças de enquadramento que se notam conforme variam os atores-alvo.

Por fim, ainda tendo em vista o gráfico 6, convém explorar a menção a outra figura: a do senador Aécio Neves (PSDB – MG). O senador, também presidente do PSDB, foi adversário de Rousseff nas eleições presidenciais de 2014, ocasião em que obteve 48% dos votos válidos (ao passo que Rousseff obteve 51% destes)²⁸. Sua imagem teve enorme projeção nacional, tanto por conta do resultado por ele obtido nas eleições quanto por sua atuação pós-pleito, momento em que assumiu o protagonismo da oposição ao governo Rousseff. E assim como boa parte da elite política brasileira, Neves foi igualmente citado em acordos de colaboração premiada, fato que veio a público em meados de 2015²⁹. Não obstante, o senador foi o ator principal de apenas três editoriais publicados nesses quase quatro anos, e só o foi a partir de maio de 2017^{30,31}.

²⁷ Essa posição foi assumida pelo jornal em 3 de abril de 2016, quando publicou editorial especial, presente na capa, intitulado “Nem Dilma nem Temer” (FOLHA DE S. PAULO, 03/04/2016).

²⁸ Cf. Portal R7 (2018).

²⁹ FOLHA DE S. PAULO, 04/05/2015.

³⁰ FOLHA DE S. PAULO, 20/05/2017.

³¹ Pode-se corretamente argumentar que esse arrazoado sobre a “invisibilidade” do senador é contrafactual. No entanto, sua eminência no cenário político parece ser incompatível com o tipo de cobertura que lhe foi dada nos editoriais. A fim de testar essa hipótese, dever-se-ia articular outra metodologia (que não a utilizada neste trabalho).

3.3 Análise de enquadramento

3.3.1 Principais enquadramentos identificados

Conforme já tratado, o conceito de enquadramento foi operacionalizado por meio do método da matriz de assinatura (GAMSON; MODIGLIANI, 1989; GAMSON; LASCH, 1983). No Quadro 1, apresentamos a matriz de assinatura construída com base na leitura prévia dos editoriais. São cinco os pacotes interpretativos principais que tratam do tema da OLJ, a saber:

- a) pacote da *Punição rigorosa* – dispõe que a melhor forma de combater a corrupção é por meio da punição rigorosa dos envolvidos;
- b) pacote da *Maturidade das instituições* – afirma que as investigações em curso revelam o amadurecimento das instituições brasileiras, que outrora eram disfuncionais e não cumpriam com seu papel;
- c) pacote do *Aparelhamento do Estado* – trata principalmente da atuação de políticos que agem de forma egoística e desconsideram a coisa pública;
- d) pacote do *Abuso de autoridades* – traz questionamentos a respeito da atuação das instituições de controle (e dos indivíduos que a elas pertencem), que por vezes parecem agir em desacordo com a lei;
- e) pacote da *Deterioração do sistema político* – alerta para um suposto decaimento das condições normalmente necessárias para o bom funcionamento do sistema político.

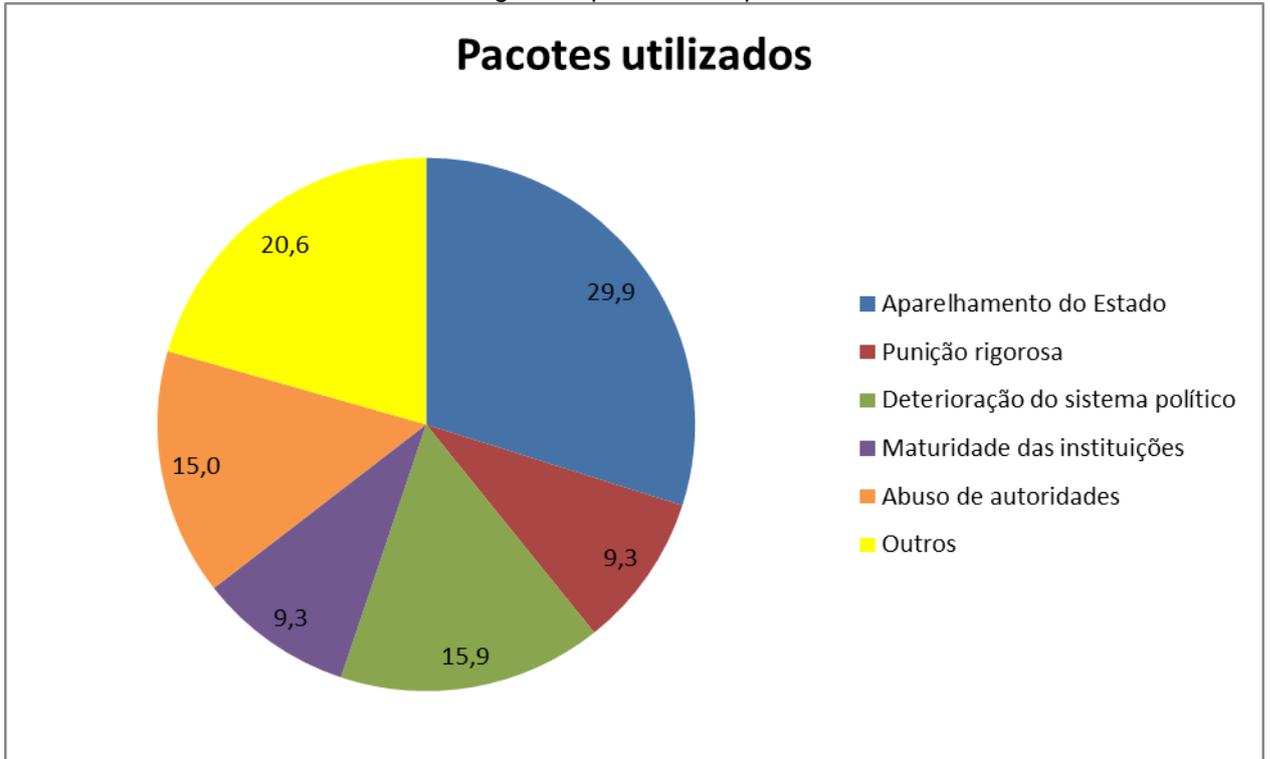
Quadro 1 – Operacionalização do conceito de enquadramento

Pacote	Enquadramento	Posição	Exemplos	Frases feitas	Raiz do problema	Consequências	Apelos a princípios
Punição rigorosa	Deve-se pensar em maneiras de coibir a corrupção	A punição rigorosa é essencial para coibir a corrupção	Casos anteriores de corrupção, em que não houve punição	-	Frouxidão da legislação brasileira e de sua capacidade de <i>enforcement</i>	Evitação de corrupção no futuro	Deve haver ética pública
Maturidade das instituições	A questão diz respeito ao fortalecimento das instituições de controle	As instituições de controle estão funcionando corretamente	Por oposição a casos anteriores, em que instituições não cumpriram papel	“As instituições estão funcionando”	-	Sociedade mais justa	As instituições são imparciais e justas
Aparelhamento do Estado	Deve-se impedir que o Estado seja aparelhado por partidos políticos	Governo e partidos se apropriam indevidamente da coisa pública	Caso “Mensalão”	“O PT aparelhou o Estado”	Má-fé	Desmoralização; prejuízos econômicos	-
Abuso de autoridades	Deve-se garantir a presunção da inocência	As investigações devem seguir a lei	Histórico excesso de prisões preventivas no Brasil	“Inocente até que se prove o contrário”	Carreirismo, vaidade	Enfraquecimento das investigações	Indivíduos devem seguir normas do Estado de Direito
Deterioração do sistema político	A questão diz respeito à manutenção de condições razoáveis de funcionamento do sistema	O cenário político está se deteriorando	Inúmeras acusações de má conduta	“Há uma crise generalizada”	Choque entre investigações e a maneira pela qual se consolidaram as instituições	Decisões importantes deixam de ser tomadas	-

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Gamson e Modigliani (1989) e Gamson e Lasch (1983).

Consta no apêndice B a tabela que exhibe o pacote interpretativo principal de cada editorial. Dos 107 editoriais, 32 tinham como chave de leitura o *Aparelhamento do Estado*; 10 se baseavam na Punição rigorosa; 10 tratavam da questão da *Maturidade das instituições*; 16 tratavam do *Abuso de autoridades*; e 17 utilizavam o pacote da *Deterioração do sistema político*. Ainda, 22 editoriais não tinham pacote específico. Esses números podem ser mais bem visualizados no gráfico 7. Vejamos alguns exemplos de editoriais que mobilizam esses pacotes.

Gráfico 7 – Porcentagem de pacotes interpretativos utilizados



Fonte: elaborado pelo autor.

O pacote do *Aparelhamento* foi o mais mobilizado: cerca de 32% dos editoriais sobre a OLJ o utilizaram como chave de interpretação. Apesar de ter havido variações no emprego desse pacote ao longo do tempo (como veremos mais adiante), algumas conclusões preliminares podem ser extraídas: primeiro, é notável a maneira como políticos são retratados como agentes autointeressados e inclinados à fraude. O trecho a seguir, constante no editorial “Do despiste à delação”, exemplifica o modo de uso desse pacote e o tipo de visão da política que ele encerra:

“Ainda que de vasto perímetro, o círculo das investigações dá sinais de que começa a se fechar. Com contratos superfaturados, o dinheiro da Petrobras passa a empreiteiras que, por sua vez, transferem parte dele a operadores políticos, os quais remuneram regamente, entre outros, especialistas em comunicação encarregados de perpetuá-los no poder.” (FOLHA DE S.PAULO, 28/07/2016)

Esse retrato da política enquanto atividade duvidosa tem sua contrapartida na defesa de indivíduos e instituições de controle, vistos como benfeitores e

republicanos. Essa combinação remete ao arraigamento do autoritarismo no Brasil: o conteúdo normativo dos editoriais vê a solução para problemas políticos *fora da política*³². A solução passa a pertencer à esfera policial, que, essa sim, teria propósitos verdadeiros e não relacionados às aspirações individuais.

Em proximidade ao pacote do *Aparelhamento*, está aquele que propõe que a solução para problemas de corrupção é a *Punição rigorosa*. Segundo essa interpretação, seria preciso combater a histórica debilidade da legislação e das instituições brasileiras, que não foram capazes de disciplinar os agentes políticos. É esse o pacote interpretativo do editorial “Competência e pressa”, publicado em 21 de maio de 2014, que trata da soltura, por parte do então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki, de réus da operação que estavam presos preventivamente. Em se tratando de investigação que tinha por réus indivíduos com foro privilegiado (e que por isso só poderiam ser investigados com autorização previamente concedida pelo STF), Zavascki efetuou a suspensão dos mandados de prisão:

“[...] Seja como for, não havia sido observada, na Operação Lava Jato, a devida remessa dos processos ao STF. Provocado pelo advogado de um dos réus, o ministro Teori Zavascki determinou que as oito ações penais relativas ao caso fossem encaminhadas ao tribunal. Até que houvesse deliberação sobre o assunto, estariam suspensos os inquéritos e todos os mandados de prisão até ali expedidos.

É nesse ponto que a decisão do ministro se mostrou equivocada.

Em ofício enviado ao Supremo, o juiz federal da primeira instância informou que havia providenciado a soltura de Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras. Com sensatez, ponderou, todavia, que os demais investigados mantêm conexões e detêm recursos que facilitariam eventual fuga do país. Alertou, ademais, para o envolvimento de alguns doleiros presos com o tráfico internacional de drogas.

³² É tentador, por exemplo, estabelecer relação entre o editorial e trechos como este: “Enquanto a organização econômica peculiar à democracia liberal contém apenas elementos de direção decorrentes das convergências, atritos e choques das múltiplas manifestações da atividade privada, atuando cada um em obediência aos seus próprios desígnios, o sistema corporatista logicamente associado ao Estado autoritário substitui esse conflito de forças independentes por uma sistematização racional visando o bem coletivo.” (AMARAL, 1938: 289).

Diante das considerações, Zavascki voltou atrás e manteve os mandados de prisão contra 11 investigados. ‘Sem conhecer [os casos], não quero tomar decisões precipitadas’, afirmou nesta terça-feira (20), de forma extemporânea.

Se tivesse pensado nisso dias antes, o ministro teria se poupado de constrangimentos desnecessários.” (FSP, 21/05/2014)

É notável, assim, que não há maior atenção ao processo legal: não há justificativas legais do porquê de a decisão do ministro ser “equivocada”. Além disso, o outro juiz, que argumentou contrariamente a Zavascki, o fez “com sensatez”, qualificação essa que possivelmente contorna o debate legal relativo às prisões e atribui moralidade positiva ao juiz. Isto é, em que pese que tenha havido uma argumentação legal em defesa da prisão preventiva por parte do juiz, o editorial nada diz sobre isso, e recorre à “sensatez” do magistrado para qualificar sua decisão. Ainda, os “constrangimentos desnecessários” a que se prestou o ministro também se deram não por conta de uma hipotética desatenção ao processo legal, mas supostamente porque ele não dispunha das “ponderações sensatas” como o juiz. Isso sugere que a FSP prezou aí pela punição de envolvidos em casos de corrupção, ao passo que não deu atenção ao procedimento legal.

Similarmente, tendo em conta possíveis críticas às prisões preventivas e a seus supostos excessos, a FSP se refere positivamente à ideia de “ciclo delitivo”, postulada pelo juiz Sérgio Moro: em se tratando de criminalidade desenvolvida “de forma habitual”, tais prisões se justificariam para interromper o “ciclo delitivo”. O próprio título do editorial, *Ciclo delitivo*, pode ser visto como uma realização daquilo que Bourdieu (1987) chama de efeito de desconhecimento: há aí o forjamento de um termo que pode ser associado à linguagem jurídica, o que lhe confere um caráter de incorruptibilidade e possivelmente legitima o ato da prisão preventiva.

Outro ângulo sob o qual se enxerga a “punição rigorosa” tem a ver com aspectos econômicos das investigações: para a FSP, “beira o escárnio” a ideia de que não se poderia punir empresas corruptoras por causa de um possível impacto financeiro negativo na economia. “Nada mais evidente”, diz o editorial de 3 de dezembro de 2014, concordando com um funcionário público que afirma que “Se criarmos um ambiente em que grandes empresas não necessariamente seriam

punidas porque teria um impacto X na economia, seria um incentivo para manter essas condutas” (FOLHA DE S. PAULO, 03/12/2014).

Mesmo que tal concepção de punição possa ser razoável *per se*, é necessário entendê-la em conjunto com outras posições do jornal para que se tenha noção de suas implicações: por exemplo, em editorial sobre economia, publicado em 3 de abril de 2017, lemos que “privatizações são hoje mais essenciais do que nunca para reativar os investimentos em infraestrutura, fulminados pela ruína orçamentária do governo e pelo impacto da Operação Lava Jato sobre grandes empreiteiras” (FOLHA DE S. PAULO, 03/04/2017).

Já o pacote da *Maturidade das instituições*, que guarda proximidade com o pacote da *Punição rigorosa*, dispõe que as instituições brasileiras estariam em pleno ascenso, uma vez que, finalmente, estariam exercendo a função de controle do meio político. Salientamos que essa maturidade aparece desancorada de ações políticas passadas: aparentemente, seu devir está associado apenas ao passar do tempo, já que os editoriais não tratam da origem desse progresso. Nesse sentido, se as circunstâncias de denúncias de corrupção na Petrobras

“[...] provocam inevitável desalento, pelo que revelam sobre o tamanho do assalto aos cofres públicos, também deixam confiantes os cidadãos que apostam no amadurecimento das instituições brasileiras. Depois do julgamento do mensalão, já não se afirma com facilidade que só os mais pobres sentem a dureza da lei.” (FOLHA DE S.PAULO, 01/02/2015)

Assim, “Congresso Nacional, Poder Executivo, partidos políticos, empresas privadas e, claro, a Petrobras” são algumas das instituições “sobre as quais a Operação Lava Jato lança várias e corrosivas levas de compostos detergentes” (FOLHA DE S. PAULO, 09/03/2015). Dessa forma, estaríamos diante de um processo de amadurecimento das instituições de controle, outrora disfuncionais e atidas a crimes menores.

O pacote do *Abuso de autoridades*, por sua vez, embora pouco empregado no começo do período de análise, passou progressivamente a ser utilizado com mais intensidade. De acordo com esse pacote, os indivíduos pertencentes às instituições de controle, com frequência, agem em desacordo com a lei, possivelmente por conta de projetos pessoais. Sua ocorrência se deu principalmente nos editoriais em que o jornal criticou aquilo que via como uso excessivo das prisões

preventivas. O editorial “Protagonismo perigoso”, de 18 de março de 2016, exemplifica o abuso de autoridades:

“Por repulsiva que seja a estratégia petista de esconder o ex-presidente na Esplanada, não cabe a um magistrado ignorar ritos legais a fim de interromper o que sem dúvida representa um mal maior. Pois foi o que fez Moro ao franquear a todos o acesso às interceptações e transcrições que, como regra, devem ser preservadas sob sigilo.” (FOLHA DE S. PAULO, 18/03/2016)

Esse trecho é ilustrativo da ideia-chave que caracteriza o pacote do *Abuso*. Além disso, esse texto é único, à medida que é um dos poucos editoriais que defende — ainda que de maneira paradoxal — uma figura política daquilo que o jornal vê como desprezo ao procedimento legal.

Por fim, o pacote da *Deterioração do sistema político*, também minoritário a princípio, tornou-se mais comum ao longo do tempo. Por meio desse pacote, afirmou-se que não estão sendo mantidas as condições básicas de funcionamento do sistema político, que, por isso, corre o risco de não cumprir seu papel na tomada de decisões importantes. O editorial “Teste decisivo”, de 26 de fevereiro de 2017, evidencia a preocupação do jornal ante o cenário da época, no qual a aprovação da reforma da Previdência no Congresso Nacional parecia ameaçada pelo andamento das investigações da Lava Jato:

“Anunciado nesta sexta-feira (24), o pedido de licenciamento do chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, por razões de saúde, coincide com as incômodas declarações do advogado José Yunes, amigo do presidente Michel Temer (PMDB), dando conta de supostos financiamentos irregulares para a campanha eleitoral do PMDB em 2014. [...]

Não é a primeira vez, como se sabe, que políticos pertencentes ao núcleo mais próximo da Presidência se veem às voltas com declarações comprometedoras e suspeitas de irregularidades. [...] desfalca-se novamente o círculo de confiança em volta de Temer. [...]

Da aprovação da reforma da Previdência — imprescindível, mas impopular — nos próximos meses depende, sem exagero, o futuro de toda a estratégia econômica em curso; exposto às ameaças da Lava Jato e às pressões de seus aliados, o governo Temer passa, a partir de agora, por seu teste mais decisivo.” (FOLHA DE S. PAULO, 26/02/2017)

Além de exemplificar a ideia de “deterioração do sistema político”, o editorial acima também retrata uma característica já mencionada na seção sobre a frequência de menção a atores: a despersonalização dos atores. Esse artifício foi utilizado com frequência na vigência do governo Temer, e sugere que a FSP agiu com cautela ao discorrer sobre o governo peemedebista, possivelmente porque ele seria o meio pelo qual os fins almejados pelo jornal (a aprovação da reforma previdenciária, a instituição do teto de gastos etc) poderiam se concretizar. Nesse sentido, a despersonalização pode ser vista como uma característica que reforça o paralelismo político³³ apresentado pelo jornal.

Convém ressaltar que nenhum dos pacotes interpretativos utilizados trata, nem mesmo lateralmente, daquele que é o problema por excelência do sistema político brasileiro (e, de fato, de qualquer sistema político): a relação entre os poderes econômico e político, relação que quase invariavelmente favorece o primeiro. Não há, por exemplo, nenhuma consideração sobre o financiamento de campanhas políticas (caracterizado pelo chamado “teto proporcional”), que favorece candidatos apoiados pelos poucos doadores abastados; nem sobre o sistema eleitoral, que reforça o poder econômico ao funcionar por meio da lista aberta; nem, ainda, sobre o processo pelo qual as empresas públicas contratam empresas privadas³⁴.

Disso não se deve inferir que a FSP não trate nunca desses temas: lê-se num editorial de 6 de novembro de 2016 que “[...] A ausência de um teto, ou sua fixação em termos proporcionais à renda ou ao faturamento, sempre permitiu influência desmedida por parte de certos agentes ou grupos econômicos.” (FOLHA DE S. PAULO, 06/11/2016). Por isso, “[...] Melhor seria fixar um limite absoluto às contribuições (o teto atual é proporcional à renda ou ao faturamento) e aperfeiçoar ferramentas de transparência e fiscalização em tempo real.” (FOLHA DE S. PAULO, 28/11/2014). Entretanto, esses — poucos — editoriais tratam da política de forma separada da corrupção. Como vimos, quando esta última é objeto de exame, o jornal faz uso de pacotes que salientam, por exemplo, a ganância dos atores políticos e a importância das instituições de controle e da punição severa, ao mesmo tempo em que pretere a discussão sobre as circunstâncias político-eleitorais que favorecem práticas corruptas. Permanecem intocadas, assim, as relações de poder vigentes.

³³ Sobre o conceito de paralelismo político, cf. Mancini (2016).

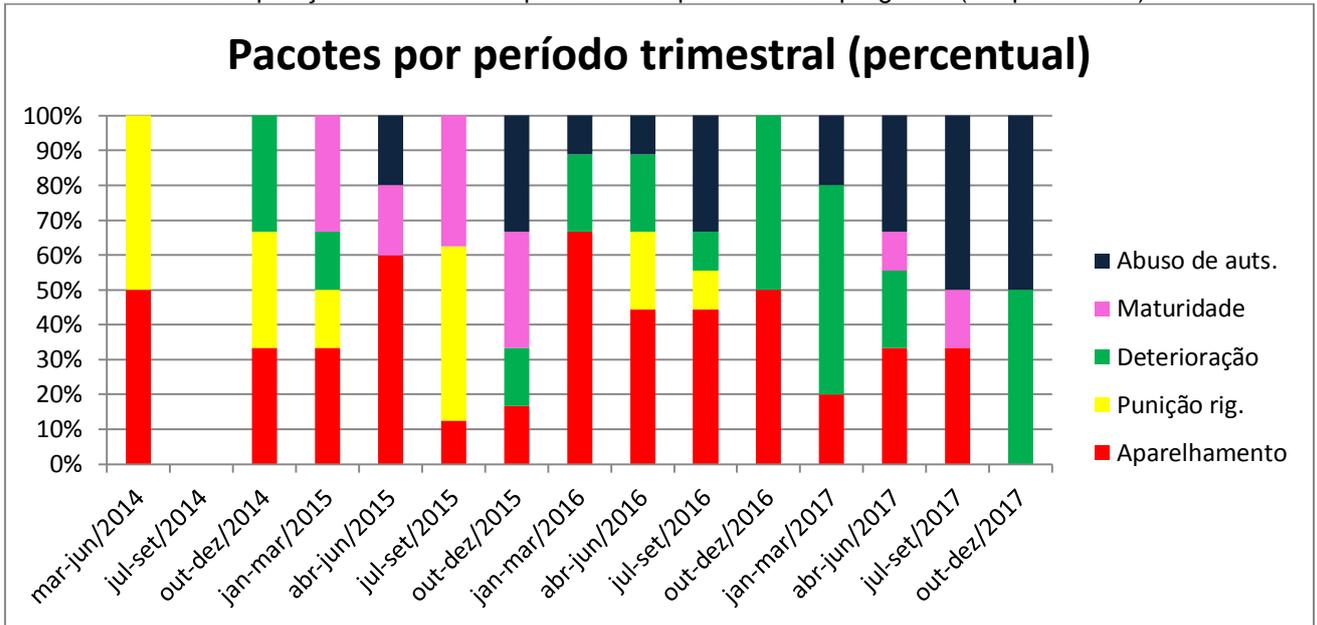
³⁴ Foge ao escopo deste trabalho aprofundar essas questões. Para tanto, cf. Reis (2008).

Por fim, uma breve nota sobre os editoriais que não se encaixaram na categorização por pacotes interpretativos. Algumas dessas peças apresentaram grande similaridade entre si, o que poderia ensejar o uso de mais pacotes. Por exemplo, alguns editoriais apresentavam a ideia central de que “As investigações têm de ser mantidas”, ideia essa que poderia constituir um pacote. No entanto, dado que menos de 5% dos editoriais seriam classificados em pacotes específicos, optamos por classificá-los como pertencentes à categoria “Outros”.

3.3.2 Variação temporal do uso de enquadramentos

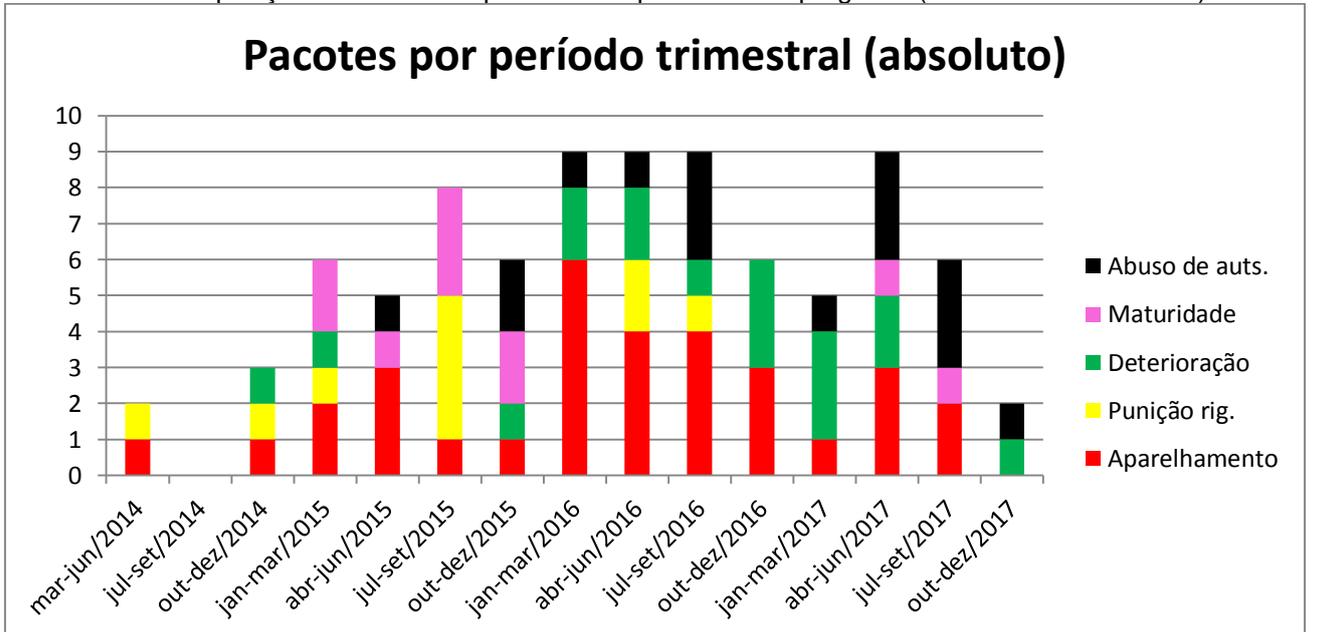
O emprego dos diferentes pacotes interpretativos apresentou variação ao longo do tempo. Os gráficos 8 e 9 mostram, respectivamente, a composição percentual e a composição absoluta dos pacotes utilizados em cada bloco trimestral. Notemos, num primeiro momento, que o pacote que menos varia temporalmente é o do *Aparelhamento*: esse enquadramento está presente em todos os períodos trimestrais analisados. Em princípio, sua presença constante sustentaria nossa hipótese de que a FSP acredita haver, na política, certa tendência a comportamentos pouco republicanos por parte dos profissionais da política. Essa constância, no entanto, é enganosa; como destacamos adiante, a pecha do aparelhamento tende a ser atribuída a personagens específicos. Por isso, trataremos desse pacote em outra seção, dedicada a ele.

Gráfico 8 – Composição trimestral dos pacotes interpretativos empregados (em percentual)³⁵



Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 9 – Composição trimestral dos pacotes interpretativos empregados (em números absolutos)



Fonte: elaborado pelo autor.

O pacote da *Punição*, por sua vez, foi bastante utilizado nos primeiros dois anos de publicação, passou a ser minoritário em 2016 e, em 2017, não foi utilizado nenhuma vez. De maneira progressiva, a FSP foi dando menos importância para

³⁵ O número de pacotes empregados em cada período trimestral está no apêndice C.

essa perspectiva e novos enquadramentos ganharam espaço. Situação similar se dá com o pacote da *Maturidade*: editoriais exaltando o bom funcionamento das instituições brasileiras foram comuns durante o ano de 2015, após o que praticamente deixam de ser publicados.

Já o pacote da *Deterioração*, pouco utilizado nos primeiros dois anos da operação, passa a ser utilizado habitualmente em 2016 e 2017, sendo inclusive o pacote mais empregado no primeiro trimestre de 2017. A mesma tendência foi observada em relação ao *Abuso de autoridades*: entre março de 2014 e março de 2016 esse pacote foi empregado quatro vezes, e entre abril de 2016 e final de 2017 esse número aumentou para 11. Nos meses de julho, agosto e setembro de 2017, por exemplo, metade dos editoriais sustentava a ideia de que havia abuso por parte dos controladores.

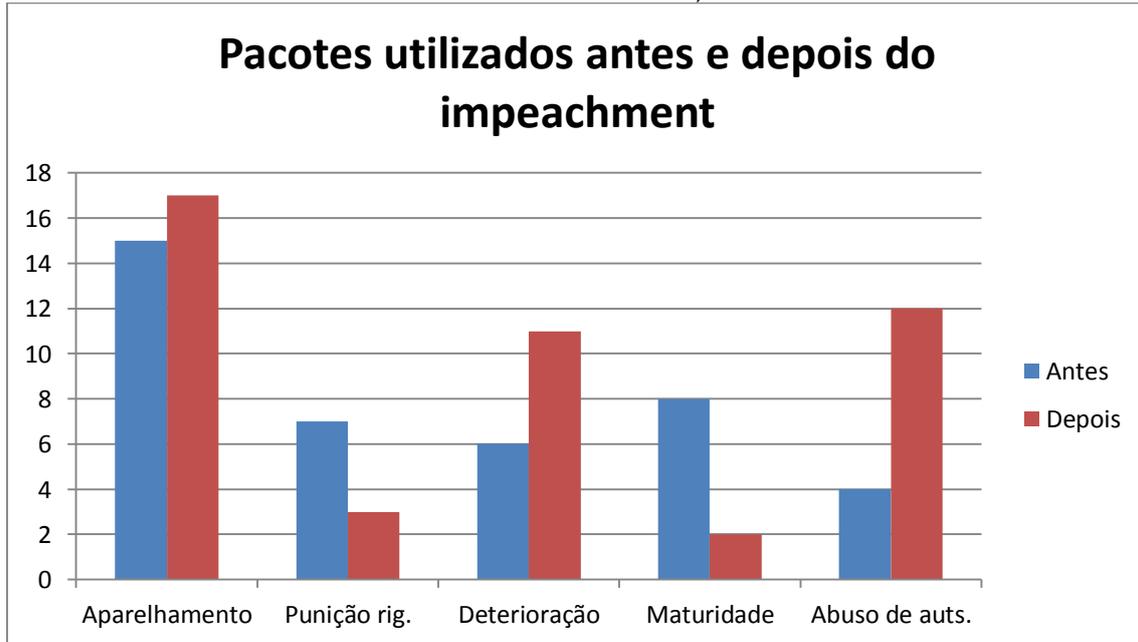
Esses dados indicam que, de início, a operação foi caracterizada como um evento positivo para a vida pública brasileira: se a FSP entendia que a história das instituições do país evidenciava apropriação indevida de bens públicos por parte de partidos e de pessoas privadas (seguida por impunidade), o jornal afirmou que esse estado problemático passava então a ser combatido. Assim, as instituições de controle estariam dando sinal de melhor cumprimento de sua função, algo que se concatenava com o apelo feito pelo jornal ao rigor punitivo. Essa forma de abordar a questão da OLJ, bastante comum no ano de 2015 (quando a operação entrou definitivamente para a agenda opinativa), passa a ser minoritária a partir de 2016. Daí em diante, além do uso do pacote do *Aparelhamento*, foram bastante empregados os pacotes da *Deterioração* e do *Abuso*.

Desse modo, em linhas gerais, a caracterização da operação passou a se dar em termos predominantemente negativos: com o passar do tempo, ganham proeminência as visões segundo as quais 1) o avanço da OLJ causava prejuízos — ainda que involuntários — ao funcionamento do sistema político, e 2) havia abuso por parte dos agentes de controle. De forma figurada, pode-se dizer que a maturidade das instituições e a punição rigorosa cedem espaço para o abuso de autoridades e para o detrimento do sistema político.

A fim de verificar se houve diferenças significativas de enquadramento entre o governo Rousseff e o governo Temer, adotamos outra forma de contabilizar os pacotes: a ocupação do Executivo Federal. Assim, calculamos o número de pacotes

empregados quando em vigência, de um lado, o governo petista e, de outro, o governo peemedebista. Esses dados estão dispostos no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Pacotes interpretativos empregados antes e depois do *impeachment* de Rousseff (em números reais)



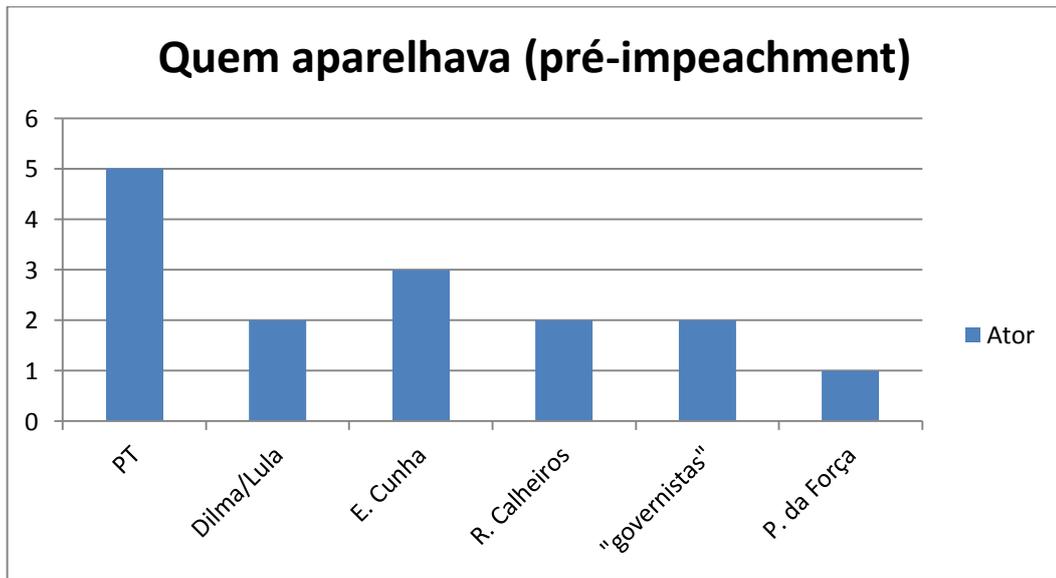
Fonte: elaborado pelo autor.

Quatro dos cinco pacotes utilizados apresentaram grande variação: houve queda no emprego dos pacotes da *Punição* e da *Maturidade*, que juntos passaram a representar 11% dos enquadramentos usados durante o governo Temer. Reciprocamente, o número de editoriais cuja chave de leitura é a *Deterioração do sistema político* passou de seis (no período Rousseff) para dez (no período Temer). O maior aumento se deu em relação ao *Abuso de autoridades*: quatro editoriais utilizaram esse pacote durante o primeiro biênio, número que subiu para 11 no segundo biênio.

Passemos enfim para o pacote do “Aparelhamento”, que, como observamos, apresenta particularidades, apesar de permanecer relativamente estável ao longo dos quase quatro anos de análise. Os gráficos 11 e 12 mostram quem são os “agentes aparelhadores” nos períodos pré e pós-*impeachment*. No período pré-*impeachment*, o PT aparece como o principal “aparelhador”: cinco dos editoriais têm como foco o partido, e a menção ao “esquema petista” de corrupção ocorre com frequência. (Lembramos que não fizemos a contagem total de meras menções a

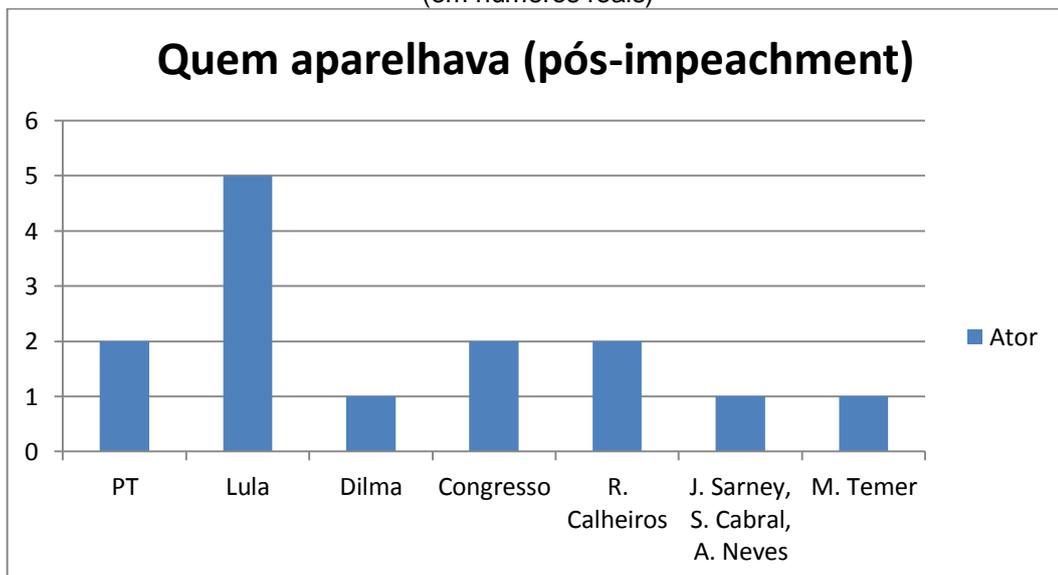
atores: a contabilização só se deu quando o ator era o tema principal do editorial.) Há ainda duas menções ao par Dilma/Lula, feitas em março de 2016. Os demais atores eram figuras do alto escalão peemedebista, como Eduardo Cunha e Renan Calheiros.

Gráfico 11 – Composição dos “agentes aparelhadores” no período pré-*impeachment* (em números reais)



Fonte: elaborado pelo autor. Legenda: apêndice E.

Gráfico 12 – Composição dos “agentes aparelhadores” no período pós-*impeachment* (em números reais)



Fonte: elaborado pelo autor. Legenda: apêndice E.

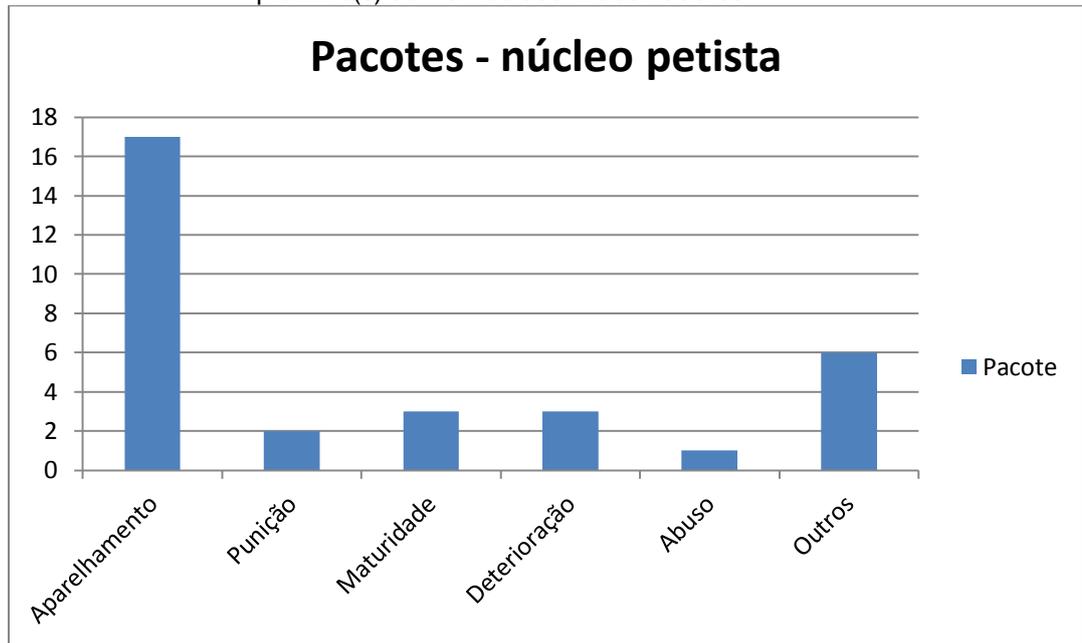
Como é possível observar, no período pós-*impeachment*, o foco sobre o PT se manteve: se o partido em si foi o ator principal de apenas dois editoriais, o ex-presidente Lula foi de cinco. O número é alto, se considerarmos outros atores: Renan Calheiros, por exemplo, foi agente em dois editoriais, ao passo que o presidente Temer o foi um editorial.

Grosso modo, podemos dizer que houve transferência de foco do PT, no primeiro período, para a figura de Lula, no segundo, ao passo que atores peemedebistas recebem atenção similar (embora difusa) em ambos os períodos. No entanto, essa forma de contabilização também pode ser ilusória, pois foi considerado o *corpus* composto pelos editoriais que só mobilizaram o pacote do *Aparelhamento*, para então notar os “agentes aparelhadores”. Em outras palavras, os gráficos 10, 11 e 12 não nos permitem visualizar quais enquadramentos foram utilizados conforme variou o núcleo do governo. O Gráfico 10, por exemplo, contabiliza todos os editoriais publicados, vários dos quais não tiveram ator definido.

Nos gráficos 13 e 14, a seguir, percorremos um caminho inverso: primeiro, baseamo-nos nos editoriais em que figuravam atores definidos; em seguida, verificamos quais pacotes foram utilizados. Os atores foram divididos em dois núcleos³⁶, petista e peemedebista, que compreendem os principais atores mencionados. O primeiro núcleo apareceu durante todo o período de análise, ao passo que o segundo apareceu, praticamente, só após o *impeachment*.

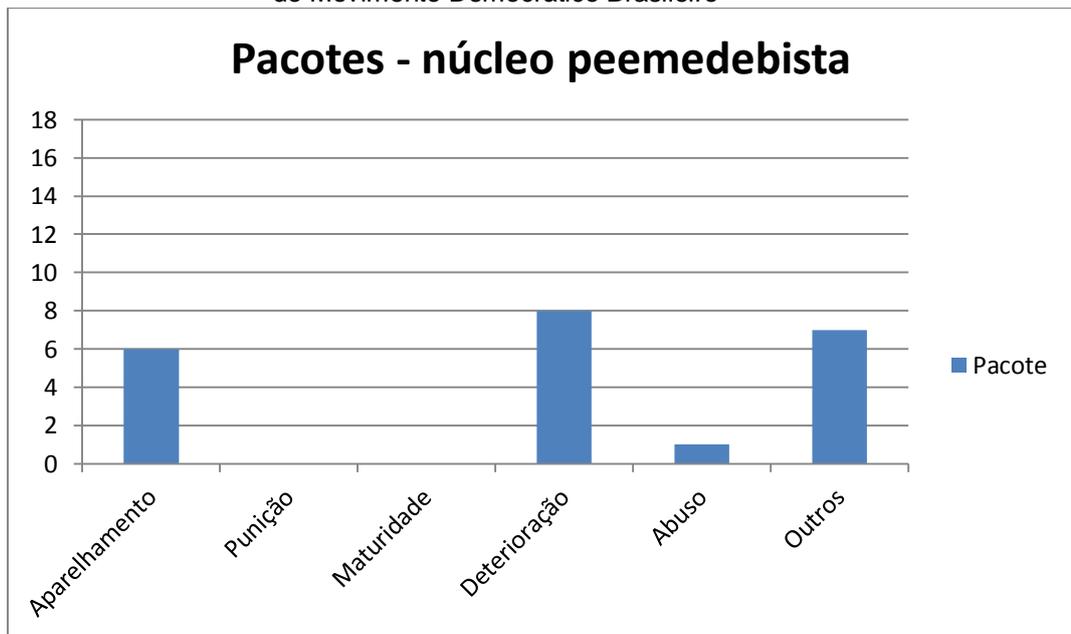
³⁶ A relação dos atores considerados como pertencentes a cada um dos núcleos está no apêndice D, e consta do apêndice F as tabelas que trazem os atores e os pacotes empregados conforme a menção a cada núcleo partidário.

Gráfico 13 – Pacotes mobilizados quando o(s) ator(es) pertencia(m) ou era(m) próximo(s) ao Partido dos Trabalhadores



Fonte: elaborado pelo autor.

Gráfico 14 – Pacotes mobilizados quando o(s) ator(es) pertencia(m) ou era(m) próximo(s) ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro



Fonte: elaborado pelo autor.

Considerando os dois últimos gráficos, podemos inferir que a composição dos enquadramentos está ligada ao núcleo partidário. Quando se trata do núcleo petista, o pacote do *Aparelhamento* predomina, compreendendo cerca de 56% do total. Essa porcentagem cai para 28% quando o ator pertence ao núcleo peemedebista. Nesse caso, o predomínio passa para o pacote da *Deterioração*, que passa a abranger 38% do total (contra 10% no caso do núcleo petista).

Novamente, essa preocupação com a “deterioração do sistema político” deve ser lida considerando-se a posição da FSP no que diz respeito ao desempenho do governo Temer como um todo: em editorial de 22 de maio de 2017, por exemplo, lemos que

“[...] o peemedebista fez avançar reformas cruciais. Aprovaram-se o teto para os gastos públicos e o programa de socorro a Estados falidos; há pela frente as reformas previdenciária e trabalhista, sem as quais a retomada econômica torna-se ainda mais incerta. A própria hipótese de que Temer venha a ser deposto, aliás, basta para provocar a retração de consumidores e empresas.” (FOLHA DE S. PAULO, 22/05/2017).

Portanto, houve preocupação por parte do jornal com a manutenção das “reformas cruciais”. Possivelmente essa preocupação também ajuda a explicar o fato de o pacote do *Aparelhamento* ter sido empregado uma única vez para se referir à figura de Michel Temer — isto é, em cinco dos seis casos do uso desse pacote, os atores eram figuras do alto escalão do PMDB, ou então o editorial fazia menção apenas ao “governo Temer”, sem atribuir responsabilidade a uma pessoa específica. Apesar de não ser possível dizer inequivocamente que o apoio da FSP às “reformas cruciais” a levou a moderar o discurso acusatório, essa possibilidade não nos parece disparatada, e pode constituir hipótese para exame futuro. Independentemente do motivo, os gráficos 13 e 14 evidenciam que a FSP foi mais cautelosa em caracterizar o núcleo peemedebista como “aparelhador”.

Em suma, o conjunto dos gráficos 8 a 14 sugere que houve diferenças importantes no enquadramento da OLJ pelo jornal, diferenças que 1) se notam a partir do critério temporal e 2) se dão conforme varia o núcleo partidário que ocupava o Poder Executivo federal. Com o passar do tempo, o pacote do *Abuso de autoridades* foi empregado cada vez mais³⁷, enquanto que o pacote do

³⁷ Consta do apêndice G a regressão linear simples para o caso em questão.

Aparelhamento, apesar de não ter apresentado grande variação ao longo dos anos, foi predominantemente utilizado para tratar de figuras petistas (no período pré-*impeachment*) ou, mais especificamente, da figura de Lula (no período pós-*impeachment*). Assim, quando os editoriais tratavam de figuras peemedebistas, o pacote mais utilizado foi o da *Deterioração do sistema político*, seguido por editoriais que não tinham pacote definido.

Se somarmos aos achados desta seção os resultados dispostos na seção 3.2.2 (que mostram predomínio da menção a figuras petistas), podemos afirmar que a FSP endossou pontos de vista prejudiciais ao PT. Portanto, o caso parece ser de paralelismo político, isto é, a atuação da FSP se deu em paralelo a posições ideológicas e políticas que comumente são contrárias àquelas manifestadas pelo PT. Esse dado é fundamental porque evidencia um descompasso entre a posição oficial da FSP e o seu procedimento: se consta de seu projeto editorial que o jornal se pauta por pluralismo, o que se verifica na prática é que sua ação se dá nos moldes de uma esfera pública diferente da do modelo clássico, liberal, no qual a imprensa incorporaria (e veicularia) os vários pontos de vista da sociedade. Em vez disso, a FSP parece privilegiar a repercussão de pontos de vista de um setor específico da sociedade. Isso nos sugere que o jornal contribui mais para que se configure, na sociedade, o pluralismo externo, que dispõe que cada empresa ou grupo social não ficará encarregado de articular posições distintas, mas sim de trazer a público uma mensagem específica, oriunda de um setor social específico.

3.3.3 Análise dos “aglomerados” de editoriais

A vigência da Lava Jato se deu em um lapso de grande instabilidade política e institucional. Alguns dos momentos de crise foram consequências diretas das investigações. A fim de compreendermos como a FSP manejou o tema e os atores nesses períodos de crise³⁸, adotamos o procedimento já descrito na seção metodológica, qual seja: quando houve publicação de ao menos quatro editoriais sobre a OLJ em um período de até 15 dias, essas publicações foram aglomeradas

³⁸ A definição de crise de que fazemos uso não está ancorada em nenhum indicador institucional (tal como a produção legislativa, por exemplo). Adotamos o termo simplesmente para demarcar os momentos em que a FSP julgou o tema importante o suficiente para ocupar um espaço em sua agenda. Assim, o entendimento de “crise” tem por único critério o número de editoriais publicados pela FSP.

em blocos, que, diferentemente dos demais métodos utilizados, também trazem as manchetes que acompanhavam a publicação desses editoriais. Com isso, buscamos verificar se houve conexão entre as agendas informativa e opinativa da FSP. Ao longo de todo o período considerado na análise, em oito períodos ocorreu a publicação em série de editoriais sobre a OLJ. Nos quadros 2 e 3 estão elencados esses editoriais, com data de publicação, atores políticos, pacote interpretativo utilizado e manchete do dia. A legenda consta no final do apêndice A.

Quadro 2: Períodos durante o ano de 2016 em que houve publicação seriada de editoriais sobre a OLJ.

Data de publicação			Editorial	Alvo	Pacote utilizado	Manchete	
2016	1º período	16 quarta-feira	março	Avalanche	Lula	Aparelhamento do Estado	Dilma usou Mercadante para tentar sabotar a Lava Jato, acusa Delcídio
		17 quinta-feira	março	É o fim	D. do Amaral, A. Mercadante	Aparelhamento do Estado	Presidente atuou para evitar a prisão de Lula, indica gravação
		18 sexta-feira	março	Protagonismo perigoso	Lula, Dilma	Abuso de autoridades	Reações em série ampliam isolamento de Dilma e Lula
		21 segunda-feira	março	Tiro pela culatra	Lula, Dilma	Aparelhamento do Estado	Planalto prepara troca na direção da Polícia Federal
		25 sexta-feira	março	Lista explosiva	-	Aparelhamento do Estado	Dilma retalia Temer e ala do PMDB dá sinal de debandada
		30 quarta-feira	março	Na conta do santo	G. Alckmin	Aparelhamento do Estado	PMDB deixa governo, que lança ofensiva anti-Temer
	2º período	16 quinta-feira	junho	Novo degrau	M. Temer	Deterioração do cenário	Delator envolve Temer e outros 24 políticos em esquemas de propina
		17 sexta-feira	junho	A cada novo escândalo	Governo Temer	Descrição do processo	Lava Jato derruba 3º ministro de Temer em cinco semanas
		20 segunda-feira	junho	Distorção parlamentar	R. Calheiros	Aparelhamento do Estado	Desigualdade no país volta a crescer com desemprego
		24 sexta-feira	junho	Sem fim à vista	-	Punição rigorosa	Reino Unido decide deixar União Europeia; mercados despencam
		27 segunda-feira	junho	Cuidar das delações	-	Punição rigorosa	Garoto de 12 anos é morto em SP por guarda-civil
	3º período	28 quinta-feira	julho	Do despiste à delação	J. Santana	Aparelhamento do Estado	Turquia amplia expurgo e fecha TVs, jornais e rádios
		2 terça-feira	agosto	Lula réu	Lula	-	Marqueteiro do PT é solto por Moro sob fiança de R\$ 31,5 mi
		6 sábado	agosto	Sem personalismo	-	Punição rigorosa	Rio inaugura Olimpíada com festa grandiosa e vaias a Temer
		9 terça-feira	agosto	A sangria continua	J. Serra, M. Temer	Deterioração do cenário	Proposta da gestão Temer limita gastos dos Estados
	4º período	15 quinta-feira	setembro	Comandante máximo	Lula	Aparelhamento do Estado	Lula era comandante máximo de propinocracia, diz Lava Jato
		22 quinta-feira	setembro	Lula réu, de novo	Lula	Aparelhamento do Estado	Governo usa repatriação para evitar cortar gasto
		25 domingo	setembro	De dentro e de fora	-	Abuso de autoridades	Controle aéreo melhora mas falhas se mantêm
		27 terça-feira	setembro	Exibição infeliz	Governo Temer	Abuso de autoridades	Doria vira líder isolado em SP; Russomanno para e Marta cai

Quadro 3: Períodos durante o ano de 2017 em que houve publicação seriada de editoriais sobre a OLJ.

Data de publicação		Editorial	Alvo	Pacote utilizado	Manchete	
5º período	26 domingo	fevereiro	Teste decisivo	Governo Temer	Deterioração do cenário	Hospitais premiam médicos que pedem mais procedimentos
	1 quarta-feira	março	Luz sobre a Petrobras	Jorge Luz	Aparelhamento do Estado	Comissão rejeita pilares da nova Previdência
	3 sexta-feira	março	Odebrecht fala	Governo Temer	Deterioração do cenário	Odebrecht afirma ter pago caixa 2 após pedido de Aécio
	7 terça-feira	março	A nova lista de Janot	-	-	Trump cria novo decreto para barrar imigrantes
12 domingo	março	No mesmo bolo	-	Deterioração do cenário	Andrade indica propina em Tribunal de Contas paulista	
6º período	10 quarta-feira	maio	Muito a investigar	-	Abuso de autoridades	Lula sofre reverses antes de depor a Sérgio Moro
	12 sexta-feira	maio	Sem xeque-mate	Lula	-	Lula dava aval para caixa 2, afirma marqueteiro
	15 segunda-feira	maio	Sombra sobre Dilma	Dilma, Lula	Aparelhamento do Estado	Números mostram baixa eficácia da polícia paulista
	20 sábado	maio	A derrocada de Aécio	A. Neves	Aparelhamento do Estado	Janot vê indícios de 3 crimes em atuação de Michel Temer
	25 quinta-feira	maio	Acordo açodado	-	Abuso de autoridades	Protesto contra Temer em Brasília acaba em violência
7º período	13 terça-feira	junho	Temer, Janot, Itararé	M. Temer	-	PSDB decide ficar no governo e dá fôlego a Temer
	21 quarta-feira	junho	Frágil normalidade	M. Temer	Deterioração do cenário	Corretor acusa Temer e diz que pagou a aliados
	23 sexta-feira	junho	Delação confirmada	-	-	STF valida delação da JBS, e Fachin fica como relator
	26 segunda-feira	junho	Sem juízo final	Lula	Aparelhamento do Estado	EMSP, via-crúcis do enterro tem assédio e constrangimento
8º período	6 quarta-feira	setembro	Delação vulnerável	-	Abuso de autoridades	Áudio sugere que procurador atuou em delações da JBS
	8 sexta-feira	setembro	Lula sangra	Lula	Aparelhamento do Estado	Joesley se defende, mas Janot vai pedir o fim de benefícios
	12 terça-feira	setembro	Conversa de botequim	-	Abuso de autoridades	Procurador atuou em favor da JBS, sugerem e-mails
	15 sexta-feira	setembro	Lula e a simulação	Lula	-	Janot acusa Temer de obstruir a Justiça; presidente ataca denúncia
	16 sábado	setembro	Nova denúncia	M. Temer	-	Denúncia de Janot tem como base fatos ainda em apuração

Notamos que o primeiro desses aglomerados se deu entre 16 e 30 de março de 2016. Como dissemos anteriormente, esse período foi o crepúsculo do governo Rousseff. Houve, naquele momento, a divulgação de uma gravação de conversa telefônica entre a então presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula, conversa essa que a FSP interpretou como indicativa de que a “Presidente atuou para evitar a prisão de Lula [...]”, conforme a manchete de 17 de março (FOLHA DE S. PAULO, 17/03/2016). Nesse período, dos seis editoriais sobre a OLJ constantes do jornal³⁹, quatro foram publicados em um lapso de seis dias, todos sobre figuras petistas. Dessas quatro peças, três empregaram o pacote do *Aparelhamento do Estado*, ao passo que uma, intitulada “Protagonismo perigoso”, de 18 de março, discorreu sobre um possível abuso de autoridade exercido pelo juiz Sérgio Moro. Houve ainda, no fim do mês, a publicação de um editorial sobre supostos esquemas de corrupção relacionados ao estado de São Paulo, vigentes no governo de Geraldo Alckmin (PSDB). Das seis manchetes desse aglomerado, quatro tratavam de desdobramentos da OLJ relativos a figuras petistas, e dois tratavam da (má) relação entre o governo e sua base de apoio.

A divulgação da conversa gravada entre Rousseff e Lula suscitou, no próprio dia 17 de março de 2016, reações de vários setores da sociedade. Procuradores responsáveis pela OLJ disseram haver uma “guerra desleal” contra a investigação; houve protestos em várias capitais do país; e o PMDB dava sinais de que seu desembarque do governo Rousseff se aproximava (FOLHA DE S. PAULO, 18/03/2016, pp. A-4 e A-16).

As reações parecem confirmar a tese de Thompson (2001) de que atualmente os escândalos se dão, em boa medida, porque os acusados agem de maneira a encobrir suas transgressões passadas. Aos olhos do público, essa “nova transgressão” (que Thompson chama de transgressão de segunda ordem) possivelmente elimina dúvidas sobre o cometimento da transgressão inicial. No caso em questão, esse raciocínio se desenrola da seguinte forma: se Dilma nomeara Lula para lhe conferir foro especial por prerrogativa de função, certamente ele cometera alguma transgressão, e ela, por sua vez, incorria em nova transgressão ao tentar protegê-lo da investigação. Assim, é possível que essa transgressão de segunda ordem componha o rol de explicações para o fato de o mês de março de 2016 ser o

³⁹ FOLHA DE S. PAULO, 16/03/2016, 17/03/2016, 18/03/2016, 21/03/2016, 25/03/2016 e 30/03/2016.

único, de toda a série, em que o número de editoriais sobre a OLJ tenha sido grande o suficiente para constituir um *outlier*⁴⁰.

Per se, os dados referentes aos oito períodos críticos apenas indicam que a presença da operação no jornal foi recorrente, seja na agenda opinativa, seja na agenda informativa. No entanto, na comparação com os períodos de crise seguintes, emergem diferenças de cobertura por parte do jornal. Vejamos, então, esses períodos, todos ocorridos durante a presidência de Michel Temer.

O segundo período de crise ocorreu entre 16 e 27 de junho de 2016. Michel Temer foi o alvo do primeiro editorial da série, assim como da manchete desse dia. No entanto, é possível notar uma mudança de enquadramento dos editoriais, que passaram a retratar a Lava Jato de maneira diferente: o pacote do *Aparelhamento* não foi mais utilizado para fazer referência ao chefe do Executivo. Das 14 vezes em que esse pacote foi mobilizado nos períodos críticos, uma ocorrência dizia respeito ao senador Renan Calheiros; outra a um lobista; uma terceira ao senador Aécio Neves; e outra ao governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP). Nas dez vezes restantes, os alvos foram figuras petistas, com destaque para Lula, “agente aparelhador” em sete delas.

Nesse período, assim como em todos os subsequentes, quando o presidente Temer figurava como ator principal, o pacote predominantemente utilizado era o da *Deterioração do sistema político*. Das cinco menções diretas a Temer, três utilizaram esse pacote, e dois editoriais procederam de maneira a descrever as etapas do processo em andamento contra o presidente. Destaque-se, ainda, que essas cinco menções estão espalhadas nos sete períodos críticos por quais Temer atravessou na condição de presidente.

Observamos também que houve despersonalização dos atores a partir do segundo período crítico: se Temer é o ator principal de cinco editoriais, nota-se que a figura central de outros quatro editoriais é o “governo Temer” (a exemplo do editorial de 26 de fevereiro de 2017, que consta da página 61). Ainda, dos nove editoriais cujo ator principal foi Temer ou o governo Temer, publicados ao longo de sete períodos críticos, apenas quatro foram acompanhados por manchetes que tratavam simultaneamente da OLJ e do presidente. A título de comparação, no

⁴⁰ Calculado pelo método de Tukey (1977) com os dados do gráfico 4.

primeiro período crítico, de vigência do governo petista, foram publicadas quatro manchetes (acompanhando quatro editoriais) que tratavam do binômio governo-OLJ.

Por fim, no que diz respeito às manchetes publicadas nos sete períodos críticos em que Temer era presidente, o binômio governo-OLJ aparece seis vezes, em um total de 32 manchetes; já no período crítico em que Rousseff esteve na presidência, o binômio governo-OLJ aparece quatro vezes, em um total de seis manchetes, valor que apresenta significância estatística⁴¹.

Esses dados apontam para a existência de duas modalidades de ação da FSP (ao menos nesses períodos de intensa cobertura da OLJ): na primeira, que ocorre quando da vigência do governo petista, há forte sobreposição entre a agenda informativa (manchete) e a agenda opinativa (editorial) — ou seja, temas que foram tratados em editoriais também apareceram na manchete do dia. Na segunda modalidade, que ocorre durante o governo peemedebista, a agenda informativa apresenta pouca sobreposição com a agenda opinativa, isto é, os temas constantes dos editoriais frequentemente não foram objeto da manchete.

Em suma, durante o primeiro período crítico, que se deu no ocaso do governo Rousseff, houve intensa presença de figuras petistas tanto nos editoriais quanto na capa da FSP: cerca de 66% dos editoriais sobre a OLJ trataram de figuras do governo petista. Já nos sete períodos críticos subsequentes, em que vigia o governo Temer, os editoriais sobre a OLJ comumente trataram mais de atores políticos não pertencentes ao bloco do governo. Esse foi o caso de 65% dos editoriais.

Diante do que foi exposto, notamos que nos períodos críticos analisados, houve 1) diferença quantitativa na frequência de menções ao governo, frequência essa que foi menor quando vigorava o governo Temer e 2) mudanças no padrão de enquadramento utilizado: no período Rousseff foi empregado, basicamente, o pacote do *Aparelhamento* para se referir às figuras petistas (75% dos casos). Já nos períodos Temer, o pacote mais empregado para se referir a atores peemedebistas foi o da *Deterioração*, mobilizado em 50% dos editoriais; ainda, 30% dos editoriais que tratavam de figuras do governo Temer não apresentaram pacote específico, já que procediam de maneira a descrever o processo legal que se desdobrava a partir da Lava Jato.

⁴¹ Para o teste de qui-quadrado, o valor de p é menor que 0,05.

4 Conclusão

Neste trabalho, tentamos elucidar as maneiras pelas quais a *Folha de S. Paulo* expôs a Operação Lava-Jato em seus editoriais publicados entre 2014 e 2017. Com esse fim, foram analisados todos os editoriais que tinham a Lava-Jato como assunto principal. Num primeiro momento, foi feita a análise de frequência do tema, a fim de localizar temporalmente as menções à operação. Também foram contabilizadas as menções a atores políticos nos editoriais que tratavam da operação, ao que se seguiu a análise de enquadramento dos editoriais. Em seguida, foi feita a análise dos enquadramentos utilizados quando vigiam governos de diferentes partidos. Por fim, foram analisados lapsos que chamamos de “períodos críticos”, nos quais houve publicação seriada de editoriais sobre a Lava-Jato.

Em termos da frequência da operação nos editoriais, os achados deste trabalho mostram que a Lava-Jato só entra de fato na agenda opinativa da FSP a partir de 2015. Esse dado não é desimportante, já que houve eleições presidenciais em 2014, evento que poderia ter sido visto pelo jornal como uma “janela de oportunidade” para a publicização de casos de corrupção. Entretanto, seria uma óbvia falha epistemológica discorrer sobre a não publicação de algo, e por isso nos limitamos a notar o “silêncio” inicial da FSP em relação à operação. Já nos anos de 2015 a 2017, há uma mudança na postura editorial do jornal, que passa a publicar com frequência peças opinativas tratando da Lava-Jato. Assim, cerca de 4% de todos os editoriais publicados ao longo de todo o período de análise tinham a operação como seu tema principal. Como vimos, o número é elevado, tanto em comparação com demais temas como em comparação com outros casos de corrupção. Em suma, a Lava-Jato esteve sob foco intenso na seção opinativa da FSP.

Em se tratando da menção a atores políticos, os dados evidenciaram que figuras petistas foram o alvo principal dos editoriais. Antes do *impeachment* de Dilma Rousseff, por exemplo, pessoas ligadas ao PT foram o alvo da quase totalidade dos editoriais sobre a Lava-Jato. Já no período pós-*impeachment*, houve foco nas figuras do recém-empossado presidente Michel Temer (PMDB) e do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT). Ambos eram investigados no âmbito da Operação Lava-Jato. Rousseff, afastada da presidência em abril de 2016, foi pouco mencionada nos editoriais, tanto quando ocupava esse cargo quanto após seu

afastamento dele. Similarmente, o senador Aécio Neves (PSDB-MG), que concorreu à presidência em 2014 e que também foi alvo de investigação, foi pouco mencionado nesses quase quatro anos. Se cruzarmos esses dados com o fato de que as investigações da Lava-Jato atingiram políticos de diversos partidos, podemos dizer que a FSP destacou políticos associados ao PT.

Em termos dos enquadramentos utilizados, recordamos os principais pacotes interpretativos empregados: *Aparelhamento do Estado*, *Punição rigorosa*, *Deterioração do sistema político*, *Maturidade das instituições*, e *Abuso de autoridades*. O primeiro desses pacotes foi o mais empregado, correspondendo a 29% dos editoriais. Porém, à diferença da menção aos atores políticos, que variou sutilmente conforme houve a mudança do partido que ocupava o Executivo federal, o pacote do *Aparelhamento* tratou mais frequentemente de figuras petistas e do próprio PT: antes do *impeachment*, houve foco nesse partido e em Dilma e Lula, e também foram bastante mencionadas figuras do alto escalão peemedebista. Já no período de governo peemedebista, o ex-presidente Lula foi o principal ator a ser rotulado como “aparelhador”, enquanto que o alto escalão peemedebista foi menos mencionado.

Em se tratando dos demais pacotes interpretativos, notamos que houve mudança gradativa em seu uso. De início, havia reclame pela punição rigorosa dos indivíduos envolvidos em esquemas de corrupção, ao mesmo tempo em que se exaltava uma suposta melhora no cumprimento das funções exercidas pelas instituições brasileiras. Progressivamente, essa caracterização dá lugar a outra, em que ganha espaço a visão segundo a qual a operação levava à deterioração (mesmo que involuntária) do sistema político brasileiro. Junto a essa visão, também ganha espaço o ângulo segundo o qual algumas das autoridades envolvidas nas investigações estariam ultrapassando seus limites institucionais e, em alguns casos, chegando mesmo a cometer infrações.

Tomando por base os núcleos partidários, verificamos que os editoriais sobre a Lava-Jato que mencionavam figuras petistas empregaram basicamente o pacote do *Aparelhamento*; já no caso do núcleo partidário peemedebista, houve divisão mais equitativa no emprego de pacotes, sendo similarmente mobilizados os pacotes do *Aparelhamento* e da *Deterioração*. Ademais, vários dos editoriais que tratavam do PMDB procediam de maneira a descrever o processo legal relativo à operação e o possível resultado político desse processo.

Por fim, em se tratando dos “períodos críticos”, notamos que houve diferenças nas agendas opinativa e informativa do jornal, diferenças que se apresentaram da seguinte forma: quando estava em vigor o governo petista, os editoriais sobre a Lava-Jato foram frequentemente acompanhados por manchetes que também tratavam da operação; já no caso do governo peemedebista, os editoriais sobre a Lava-Jato com frequência não vieram acompanhados de manchetes sobre ela.

Em suma, o conjunto dos dados obtidos nos permite afirmar que a caracterização da Operação Lava-Jato por parte do jornal sofreu modificação sutil e gradativa ao longo desses anos: de indicador de estabilidade e maturidade institucional, a operação passou a ser vista como entidade que acarretava um empecilho ao funcionamento do sistema político — muito embora a FSP não tenha afirmado textualmente que os propósitos da operação fossem inadequados. O jornal passou a privilegiar, enfim, a visão segundo a qual seria importante combater os abusos por parte dos inquiridores. Seja qual for o motivo, parece claro que uma visão mais crítica da operação (e de seus operadores), e também do Poder Judiciário como um todo, passou a ser incorporada pelo jornal⁴².

Como afirmamos anteriormente, os editoriais sobre a Lava-Jato pouco disseram sobre as raízes do problema da corrupção, tais como a desigualdade de forças entre o poder econômico e o poder político. Essa assimetria se materializa, por exemplo, no sistema eleitoral, na forma como são feitos os contratos públicos, no financiamento de campanhas etc, matérias acerca das quais o jornal não se manifesta (ou então o faz sem que haja sobreposição entre a corrupção e esses assuntos). Dessa forma, ao ver o problema como algo decorrente da má-fé individual, o jornal implicitamente difunde a visão de que basta a punição individual dos “elementos degenerados” para que tenha reinício um sistema virtuoso. Em suma, essa forma de compreender a corrupção preserva as relações entre dinheiro e política vigentes, que passam ao largo de serem questionadas.

Em outros termos, e para citar Thompson (2001) novamente: encarar uma questão político-social (nesse caso, a corrupção) como pertencente à esfera individual pode levar a um reforço do *statu quo* — que, no caso, compreende um sistema político com assimetrias de poder. Se, como quer a ciência política brasileira

⁴² Embora fuja ao escopo e ao recorte deste trabalho, convém mencionar que no começo de 2018 começaram a pulular notícias que apontavam a inadequação daquilo que o jornal entendia serem “privilégios de casta” de que dispunham juízes e agentes do Poder Judiciário. Nesse sentido, cf. FOLHA DE S. PAULO (02/02/2018, 05/02/2018 e 11/02/2018).

feita a partir dos anos 1990⁴³, esse sistema apresentou boa funcionalidade (sem prejuízo da constatação de seus vícios, tais como as já mencionadas assimetrias), a técnica de terra arrasada instaurada a fim de “acabar com a corrupção” corre o risco de não cuidar dos motivos originais da corrupção e dessas assimetrias, ao mesmo tempo em que mina a funcionalidade do sistema. Some-se a isso o possível agravante do recrudescimento dos discursos de purificação, de moralidade, e do fenômeno do salvacionismo (ALEXANDER, 1988), e tem-se, possivelmente, um resultado político sofrível: solapamento das condições institucionais que permitem combater a corrupção; deterioração do sistema político “menos malsucedido de nossa história” (REIS, 2017); e o fenômeno do arrivismo político.

Sejam quais forem os efeitos da Operação Lava-Jato, caberá (também) à ciência política estudá-los; por ora, o que os resultados deste trabalho evidenciam é que a FSP não só não agiu no sentido de aprofundar o debate sobre a corrupção e suas causas como também reproduziu, em sua agenda opinativa, o antipetismo já descrito por outras pesquisas (AZEVEDO, 2017; GOLDSTEIN, 2017). Esse antipetismo é notável 1) na maior frequência de menções a atores petistas e 2) nos enquadramentos acionados quando se trata de figuras petistas ou do próprio partido. Por fim, o fato louvável de o jornal ter passado a denunciar abusos por parte de autoridades e violações do processo legal não o isenta da responsabilidade de ter endossado transgressões iniciais. E, levando em conta que a FSP julgava imprescindíveis⁴⁴ as reformas que não foram legitimadas no pleito presidencial de 2014, a visão crítica ao petismo (e ao “populismo”) veiculada pelo jornal pode ser lida como se de suas entrelinhas constasse a célebre afirmação do capelão kafkiano: “(...) não é preciso crer que seja tudo verdade, basta aceitá-lo como necessário.” (KAFKA, 1990 [1925]: 303, tradução nossa).

Enfim, convém discorrer brevemente sobre as limitações desta pesquisa. Primeiro, no que diz respeito à identificação de atores, não foi feita a contagem total de todos os indivíduos mencionados nos editoriais. Conforme consta da seção metodológica, optamos por contabilizar somente os atores principais de cada editorial, o que naturalmente levou à exclusão de casos em que houve menção ocasional a determinado ator. Assim, ao anotarmos que o senador Aécio Neves foi o ator principal de três editoriais, não queremos com isso dizer que seu nome

⁴³ Nesse sentido, cf. Figueiredo e Limongi (2001).

⁴⁴ Cf. FOLHA DE S. PAULO, 26/02/2017 e 22/05/2017.

apareceu em apenas três editoriais. Portanto, uma pesquisa que venha porventura a analisar o mesmo *corpus* utilizando programas computacionais de análise lexical certamente encontrará resultados diferentes.

Segundo, no que diz respeito à análise de conteúdo, o uso da técnica do enquadramento não é inequívoco: o problema da subjetividade, nesse sentido, não é novo (FERES JUNIOR, 2016). Apesar disso, esse método foi o escolhido por permitir que fosse apreendido em sua complexidade o discurso dos editoriais. Caso se optasse pela análise de valência, por exemplo, não haveria maneira de diferenciar textos que tivessem como chave de leitura a questão do *Aparelhamento* de textos que discorressem apenas sobre a deterioração do sistema político. Assim, acreditamos que a perda de objetividade tenha sido compensada pelo fato de (talvez) termos conseguido analisar elementos que dificilmente podem ser apreendidos por um método exclusivamente cartesianista.

5 Referências

ALEXANDER, Jeffrey. Durkheimian sociology: cultural studies. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1988.

ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. *Política e Sociedade*, v. 6, n. 10, p. 153-172, 2007.

AMARAL, Azevedo. O Estado autoritário e a realidade nacional. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938.

ARENDT, Hannah. *Between past and future: six exercises in political thought*. Nova York: The Viking Press, 1961.

AZEVEDO, Fernando. Agendamento da política. In: RUBIM, A. (Org.) *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004.

_____. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, 2006.

_____. A imprensa brasileira e o PT: um balanço das coberturas das eleições presidenciais (1989-2006). *Revista Eco-Pós*, v.12, n. 3, p.48-65, 2009.

_____. *A grande imprensa e o PT (1989-2014)*. São Carlos: EdUFSCar, 2017.

BAKHTIN, Mikhail [VOLOCHÍNOV, V. N.]. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAPTISTA, Érica. *Corrupção e opinião pública: O escândalo da Lava Jato no governo Dilma Rousseff*. Minas Gerais, 246 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

BATESON, Gregory. *Steps to an ecology of mind*. Northvale. New Jersey, London: Jason Aronson Inc, 1972.

BIROLI, Flávia. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do "jornalismo moderno" no Brasil. *História (São Paulo)*, v. 6, n. 2, p. 118-143, 2007.

BIROLI, Flávia; MANTOVANI, Denise. Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao Programa Bolsa Família e as eleições de 2006. *Opinião Pública*, v. 16, n. 1, p. 90-116. 2010. Acesso em: 08 Fev. 2018.

_____. A parte que me cabe nesse julgamento: a Folha de S. Paulo na cobertura ao processo do "mensalão". *Opinião Pública*, v. 20, n. 2, p. 204-218, 2014.

BOURDIEU, Pierre. The force of law: toward a sociology of the juridical field. *Hastings Law Journal*, 38, 805-853, 1987.

_____. On television. Nova Iorque: The New Press, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2015.

CHAIA, Vera. Escândalos Políticos: parte do jogo? Observatório da Imprensa, ed. 57. 1998. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/escndalos-politicos-parte-do-jogo/>>. Acesso em: 5 set. 2017.

CHAIA, Vera; TEIXEIRA, Marco Antonio. Democracia e escândalos políticos. São Paulo Perspec., São Paulo, v.15, n.4, p. 62-75, Dez., 2001.

DAHL, Robert. La poliarquía. Madrid: Tecnos, 1989.

DALTON, Russell. Political Support in Advanced Industrial Democracies. In: NORRIS, Pippa. (Ed.) Critical Citizens: Global Support for Democratic Government. Oxford: Oxford University Press, 1999.

DELLA PORTA, Donatella. Social Capital, Beliefs in Government, and Political Corruption. In: PHARR, Susan; PUTNAM, Robert. Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries? Princeton: Princeton University Press, 2000.

ENTMAN, Robert. Framing: Toward a Clarification of a Fractured Paradigm. Journal of Communication, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FERES JUNIOR, João. Em defesa das valências: uma réplica. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, n. 19, p. 277-298, 2016.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FILGUEIRAS, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. Opinião Pública, Campinas, v. 15, n. 2, p. 386-421, 2009.

FOLHA DE S.PAULO. No impresso, internet e celular, Folha é jornal de maior alcance do país. 27 fev. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1744085-no-impresso-internet-e-celular-folha-e-jornal-de-maior-alcance-do-pais.shtml>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. Acidente mata lady Di, 36, em Paris. P. A-1. 31/08/1997.

_____. Charles escolta corpo de Diana. P. A-1. 01/09/1997.

_____. Motorista de Diana estava alcoolizado. P. A-1. 02/09/1997.

_____. 7 podem ser incriminados no caso Diana. P. A-1. 03/09/1997.

_____. Suja à jato. P. A-2. 04/04/2014.

_____. Competência e prensa. P. A-2. 21/05/2014.

- _____. Doleiro do caso Petrobras negocia delação premiada. P. A-1. 24/09/2014.
- _____. PF investiga ligação entre tesoureiro do PT e doleiro preso. P. A-1. 28/09/2014.
- _____. Corrupção profunda. P. A-2. 16/11/2014.
- _____. Petrobras em descrédito. P. A-2. 24/11/2014.
- _____. Doações escandalosas. P. A-2. 28/11/2014.
- _____. Teias da corrupção. P. A-2. 03/12/2014.
- _____. Poço sem fundo. P. A-2. 30/01/2015.
- _____. STF na agenda. P. A-2. 01/02/2015.
- _____. Os sócios reagem. P. A-2. 09/03/2015.
- _____. Delatores da Lava Jato não contaram todo o prometido. P. A-4. 04/05/2015.
- _____. Questão de prioridade. P. A-2. 23/07/2015.
- _____. No impresso, internet e celular, Folha é jornal de maior alcance no país. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1744085-no-impresso-internet-e-celular-folha-e-jornal-de-maior-alcance-do-pais.shtml>. Acesso em 15 mar/2018.
- _____. Avalanche. P. A-2. 16/03/2016.
- _____. É o fim. P. A-2. 17/03/2016.
- _____. Protagonismo perigoso. P. A-2. 18/03/2016.
- _____. Dilma ataca Lava Jato e dá posse a Lula, que é suspensa; aumenta cerco ao governo. P. A-4. 18/03/2016.
- _____. PMDB dá dois sinais de que pode romper com o governo Dilma. P. A-16. 18/03/2016.
- _____. Tiro pela culatra. P. A-2. 21/03/2016.
- _____. Lista explosiva. P. A-2. 25/03/2016.
- _____. Na conta do santo. P. A-2. 30/03/2016.
- _____. Nem Dilma nem Temer. P. A-1. 02/04/2016.
- _____. Do despiste à delação. P. A-2. 28/07/2016.
- _____. Antes que seja tarde. P. A-2. 06/11/2016.

_____. Teste decisivo. P. A-2. 26/02/2017.

_____. Projeto editorial 2017. 30/03/2017. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/projeto-editorial-da-folha/>. Acesso em 12 mar. 2018.

_____. Ajudar a retomada. P. A-2. 03/04/2017.

_____. A derrocada de Aécio. P. A-2. 20/05/2017.

_____. Por um fio. P. A-2. 22/05/2017.

_____. Moro tem imóvel em Curitiba, mas recebe auxílio-moradia. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/moro-tem-imovel-em-curitiba-mas-recebe-auxilio-moradia.shtml>. Acesso em 01 mar. 2018. 02/02/2018.

_____. Juízes que condenaram Lula têm auxílio mesmo com imóvel no RS. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/juizes-que-condenaram-lula-tem-auxilio-mesmo-com-imovel-no-rs.shtml>. Acesso em 01 mar. 2018. 11/02/2018.

_____. Deltan Dallagnol recebe auxílio-moradia mesmo com imóvel próprio. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/02/deltan-dallagnol-recebe-auxilio-moradia-mesmo-com-imovel-proprio.shtml>. Acesso em 01 mar. 2018. 05/02/2018.

GALVÃO, Andréia; TATAGIBA, Luciana. Análise do confronto político no Brasil (2011-2016). Congresso Latinoamericano de Ciência Política, 9. organizado pela Associação Latinoamericana de Ciência Política (ALACIP). Montevideu, 26-28 jul. 2017.

GAMSON, William; LASCH, Kathryn. The political culture of social welfare policy. In: Spiro, Shimon; Yuchtman-Yaar, Ephraim (orgs.). *Evaluating the Welfare State. Social and Political Perspectives*. Nova Iorque: Academic Press, 1983.

GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach. *American Journal of Sociology*, v. 95, n. 1, p. 1-37, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Frame analysis*. Boston: Northeastern University Press, 1986 [1974].

GOLDSTEIN, Ariel. La Prensa Brasileña y sus “Cruzadas Morales”: Un Análisis de los Casos del Segundo Gobierno de Getúlio Vargas y el Primer Gobierno de Lula da Silva. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 395-435, 2017.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1991 [1962].

HOBBSAWM, Eric. Age of Extremes: The Short Twentieth Century (1914-1991). Londres: Abacus, 1994.

HUNTINGTON, Samuel. Political Order in Changing Societies. London: Yale University Press, 1973 [1968].

KAFKA, Franz. Der Proceß. S/L: Fischer. 1990 [1925]. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=eANcAAAAMAAJ&q=Man+mu%C3%9F+nicht+alles+f%C3%BCr+wahr+halten+man+mu%C3%9F+es+nur+f%C3%BCr+notwendig+halten+der+proce%C3%9F+inauthor:kafka&dq=Man+mu%C3%9F+nicht+alles+f%C3%BCr+wahr+halten+man+mu%C3%9F+es+nur+f%C3%BCr+notwendig+halten+der+proce%C3%9F+inauthor:kafka&hl=en&sa=X&ved=0ahUKEwj40rmrkNHZAhUwtlkKHakCCmMQ6AEITzAF>. Acesso em 03 mar. 2018.

LASSWELL, Harold. Propaganda Technique in the World War. New York: Peter Smith, 1938 [1927].

LATINOBARÓMETRO. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

LAZARSELD, Paul; MERTON, Robert. Mass communication, popular taste, and organized social action. In: BRYSON, Lyman. The Communication of Ideas. New York: The Institute for Religious and Social Studies, 1948.

LIPMANN, Walter. Opinião pública. Vozes: Rio de Janeiro, 2008 [1922].

MANCINI, Paolo. Parallelism, political. In: MAZZOLENI, Gianpietro (ed.). The International Encyclopedia of Political Communication. West Sussex: John Wiley & Sons, 2016.

MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. Novos estudos – CEBRAP, n. 97, p. 115-127, 2013.

_____. As metamorfoses do governo representativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 10, n. 29, p. 5-34, 1995.

MCCOMBS, Maxwell. A teoria da agenda – a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The agenda-setting function of mass media. Public Opinion Quarterly, n. 36, p. 176-187, 1972.

MCQUAIL, Denis. Teorias da comunicação de massa. Porto Alegre: Penso, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. Lua Nova, n. 55, p. 155-184, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Visibilidade na mídia e campo político no Brasil. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 695-735, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 1, p. 97-123, 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-Lava-Jato/atuacao-na-1a-instancia/parana/linha-do-tempo>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

MOISÉS, José Álvaro. Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

MUNDIM, Pedro. Imprensa e voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006. Rio de Janeiro. 156 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2010.

NEGT, Oskar; KLUGE, Alexander. *Public Sphere and Experience: Toward an Analysis of the Bourgeois and Proletarian Public Sphere*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

NORRIS, Pippa. *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. New York: Cambridge University Press, 2002.

_____. (Ed.) *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

PHARR, Susan. Public Trust and Corruption in Japan. In: HEINDENHEIMER, Arnold; JOHNSTON, Michael. *Political Corruption: Concepts and Contexts*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2007.

PORTAL R7. Dilma Rousseff vence Aécio Neves nas urnas e é reeleita presidente do Brasil por mais quatro anos. Disponível em: <https://noticias.r7.com/eleicoes-2014/dilma-rousseff-vence-aecio-neves-nas-urnas-e-e-reeleita-presidente-do-brasil-por-mais-quatro-anos-26102014>. Acesso em: 08 fev. 2018.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. (Org.) *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004.

POWER, Timothy; JAMISON, Giselle. Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, v. XI, n. 1, p. 64-93, 2005.

REESE, Stephen. The Framing Project: A Bridging Model for Media Research Revisited. *Journal of Communication*, 57, p. 148-154, 2007.

REIS, Bruno. Sistema eleitoral e financiamento de campanhas no Brasil: desventuras do Poder Legislativo sob hiperpresidencialismo consociativo. In: BRANDÃO, Gildo Marçal; OLIVEN, Ruben George; RIDENTI, Marcelo. (orgs.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. Pp. 65-90. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. A Lava-Jato é o Plano Cruzado do combate à corrupção. *Revista Novos Estudos (CEBRAP)*. 2017. Disponível em: <http://novos estudos.uol.com.br/a-lava-jato-e-o-plano-cruzado-do-combate-a-corrupcao>. Acesso em: 03 mar. 2018.

ROTHBERG, Danilo. Enquadramento e metodologia de crítica da mídia. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo - 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2007.

_____. Enquadramentos midiáticos e sua influência sobre a consolidação de direitos de crianças e adolescentes. Opinião Pública. Vol. 20, nº 3, 2014.

RUBIM, Antonio; AZEVEDO, Fernando. Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa. Lua Nova, n. 43, p. 189-216, 1998.

SCHUMPETER, Joseph. Capitalism, socialism and democracy. London/New York: Routledge, 2003 [1944].

SELIGSON, M. The Impact of Corruption on Regime Legitimacy: a comparative Study of four Latin American Countries. The Journal of Politics, v. 64, n. 2, p. 408-433, 2002.

SILVA, Gabriela Martins; RASERA, Emerson Fernando. A construção do SUS-problema no jornal Folha de S. Paulo. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 21, n.1, p.61-76, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TARDE, Gabriel. L'opinion et la foule. Paris: Les Presses Universitaires de France, 1989 [1901].

THOMPSON, John. El escândalo político: poder y visibilidad en la era de los medios de comunicación. Barcelona: Paidós, 2001.

_____. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2014.

TUKEY, John. Exploratory data analysis. Estados Unidos da América: Addison-Wesley Publishing Company, 1977.

TURNER, Graeme. Understanding celebrity. Londres: SAGE, 2014.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. The Framing of Decisions and the Psychology of Choice. Science, v. 211, n. 4481, p. 453-458, 1981.

WILLIAMS, Robert. New concepts for old? Third World Quarterly, 20, n. 3, p. 503-513, 1999.

APÊNDICE A — Título, data e principal ator político dos editoriais que tinham por tema principal a OLJ.

		Atores políticos
2014	Editorial	Indivíduo
04/abr	Suja a jato	A. Vargas
21/mai	Competência e pressa	—
16/nov	Corrupção profunda	—
24/nov	Petrobras em descrédito	—
03/dez	Teias da corrupção	—
2015	Editorial	Indivíduo
04/jan	Delação aprovada	—
30/jan	Poço sem fundo	Dilma
01/fev	STF na agenda	—
03/mar	Contágio a jato	—
05/mar	A lista de Janot	—
09/mar	Os sócios reagem	—
17/abr	Ciclo delitivo	J. Vaccari Neto
22/abr	Pendenga sem sentido	—
30/abr	Punição antes da hora	—
12/mai	Batalhas e guerras	—
15/mai	Mais um passo	—
19/jun	Confronto na CPI	Lula
01/jul	Lógica torturada	Dilma
11/jul	Doação ou propina	—
16/jul	Ação e reação	—
23/jul	Questão de prioridade	R. Calheiros, F. Collor

31/jul	A outra ponta	—
04/ago	Dirceu, de novo	J. Dirceu
10/ago	Janot se fortalece	—
31/ago	Em busca de provas	—
30/set	Lava Jato no plural	—
17/out	Blindagens à vista	E. Cunha, Lula
20/out	Prevenir, não antecipar	—
30/out	O cerco se fecha	Lula
27/nov	Mais um passo	D. do Amaral
28/nov	Crise sem fim	Lula
09/dez	Perigos na Lava Jato	—
2016	Editorial	Indivíduo
13/jan	Acerto geral	Lula e outros
24/fev	Alma do negócio	J. Santana
2/mar	Pressão e demissão	Lula
5/mar	Vitimização	Lula
16/mar	Avalanche	D. do Amaral, A. Mercadante
17/mar	É o fim	Lula, Dilma
18/mar	Protagonismo perigoso	—
21/mar	Tiro pela culatra	Lula, Dilma
25/mar	Lista explosiva	—
30/mar	Na conta do santo	Alckmin
8/abr	Crise ininterrupta	—
23/abr	Sombras sobre Temer	M. Temer
5/mai	O começo e o fim	Lula, Dilma
16/mai	Doa a quem doer	M. Temer

26/mai	Preparando o concerto	R. Calheiros, R. Jucá, J. Sarney
8/jun	Falta explicar	—
16/jun	Novo degrau	M. Temer
17/jun	A cada novo escândalo	Governo Temer
20/jun	Distorção parlamentar	R. Calheiros
24/jun	Sem fim à vista	—
27/jun	Cuidar das delações	—
13/jul	Reação legislativa	—
28/jul	Do despiste à delação	J. Santana
2/ago	Lula réu	Lula
6/ago	Sem personalismo	—
9/ago	A sangria continua	J. Serra, M. Temer
24/ago	Dois pesos	—
15/set	Comandante máximo	Lula
22/set	Lula réu, de novo	Lula
25/set	De dentro e de fora	—
27/set	Exibição infeliz	Governo Temer
17/out	Ritmos desiguais	—
18/out	Temer e a balança	Governo Temer
20/out	O homem-bomba	E. Cunha
14/nov	Mais manobras	—
19/nov	Longe de terminar	Sérgio Cabral (PMDB-RJ)
13/dez	Forte revés	M. Temer
17/dez	Horizonte incerto	M. Temer
2017	Editorial	Indivíduo
3/fev	O sorriso de Têmis	—

26/fev	Teste decisivo	Governo Temer
1/mar	Luz sobre a Petrobras	Jorge Luz
3/mar	Odebrecht fala	Governo Temer
7/mar	A nova lista de Janot	—
12/mar	No mesmo bolo	—
21/mar	Lava Jato, três anos	—
13/abr	Nova normalidade	—
15/abr	Mortos e feridos	—
20/abr	Maniqueísmo e furor	Lula
4/mai	As grades e a lei	J. Dirceu
10/mai	Muito a investigar	—
12/mai	Sem xeque-mate	Lula
15/mai	Sombra sobre Dilma	Dilma, Lula
20/mai	A derrocada de Aécio	A. Neves
25/mai	Acordo açodado	—
1/jun	Sem respostas	M. Temer
13/jun	Temer, Janot, Itararé	M. Temer
21/jun	Frágil normalidade	M. Temer
23/jun	Delação confirmada	—
26/jun	Sem juízo final	Lula
13/jul	Lula condenado	Lula
25/jul	Abuso corrigido	—
30/jul	A decisão que urge	M. Temer
1/ago	Moro e os políticos	—
6/set	Delação vulnerável	—
8/set	Lula sangra	Lula

12/set	Conversa de botequim	—
15/set	Lula e a simulação	Lula
16/set	Nova denúncia	M. Temer
17/out	Inquirir Aécio	A. Neves
20/out	Sair de cena	A. Neves
22/out	Quadro lamentável	M. Temer
19/nov	Seis meses	—
27/nov	O abuso e o torpor	—
14/dez	Uma data para Lula	Lula
28/dez	A ofensiva de Lula	Lula

Legenda: A. Mercadante: Aloízio Mercadante, ex-ministro da Casa Civil (2014-2015); A. Neves: senador Aécio Neves (PSDB-MG); A. Vargas: deputado André Vargas (ex-PT-PR); Dilma: ex-presidente Dilma Rousseff (PT); D. do Amaral: ex-senador Delcídio do Amaral (PT-MS); E. Cunha: ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ); F. Collor: ex-presidente e senador Fernando Collor de Mello (PTC-AL); Governo Temer: menção difusa a ministros ou a figuras associadas ao governo de Michel Temer (PMDB-SP); J. Dirceu: José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil (2002-2005); J. Santana: João Santana, marqueteiro; J. Sarney: ex-presidente José Sarney (PMDB); J. Vaccari Neto: João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT; Lula: ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT); M. Temer: presidente Michel Temer (PMDB-SP, 2016-2018); R. Calheiros: senador Renan Calheiros (PMDB-AL); R. Jucá: senador Romero Jucá (PMDB-PE).

APÊNDICE B — Título, data e principal enquadramento dos editoriais que tinham por tema principal a OLJ.

2014	Editorial	Pacote principal
04/abr	Suja a jato	Aparelhamento do Estado
21/mai	Competência e pressa	Punição rigorosa
16/nov	Corrupção profunda	Aparelhamento do Estado
24/nov	Petrobras em descrédito	Deterioração do cenário
03/dez	Teias da corrupção	Punição rigorosa
2015	Editorial	Pacote principal
04/jan	Delação aprovada	Punição rigorosa
30/jan	Poço sem fundo	Aparelhamento do Estado
01/fev	STF na agenda	Maturidade das instituições
03/mar	Contágio a jato	Deterioração do cenário
05/mar	A lista de Janot	Maturidade das instituições
09/mar	Os sócios reagem	Aparelhamento do Estado
17/abr	Ciclo delitivo	Aparelhamento do Estado
22/abr	Pendenga sem sentido	-
30/abr	Punição antes da hora	Abuso de autoridades
12/mai	Batalhas e guerras	Aparelhamento do Estado
15/mai	Mais um passo	Maturidade das instituições
19/jun	Confronto na CPI	Aparelhamento do Estado
01/jul	Lógica torturada	Punição rigorosa
11/jul	Doação ou propina	Punição rigorosa
16/jul	Ação e reação	Maturidade das instituições
23/jul	Questão de prioridade	Aparelhamento do Estado

31/jul	A outra ponta	-
04/ago	Dirceu, de novo	Punição rigorosa
10/ago	Janot se fortalece	Punição rigorosa
31/ago	Em busca de provas	Maturidade das instituições
30/set	Lava Jato no plural	Maturidade das instituições
17/out	Blindagens à vista	Aparelhamento do Estado
20/out	Prevenir, não antecipar	Abuso de autoridades
30/out	O cerco se fecha	Maturidade das instituições
27/nov	Mais um passo	Maturidade das instituições
28/nov	Crise sem fim	Deterioração do cenário
09/dez	Perigos na Lava Jato	Abuso de autoridades
2016	Editorial	Pacote principal
13/jan	Acerto geral	Deterioração do cenário
24/fev	Alma do negócio	Deterioração do cenário
2/mar	Pressão e demissão	Aparelhamento do Estado
5/mar	Vitimização	-
16/mar	Avalanche	Aparelhamento do Estado
17/mar	É o fim	Aparelhamento do Estado
18/mar	Protagonismo perigoso	Abuso de autoridades
21/mar	Tiro pela culatra	Aparelhamento do Estado
25/mar	Lista explosiva	Aparelhamento do Estado
30/mar	Na conta do santo	Aparelhamento do Estado
8/abr	Crise ininterrupta	Deterioração do cenário
23/abr	Sombras sobre Temer	Aparelhamento do Estado
5/mai	O começo e o fim	Aparelhamento do Estado
16/mai	Doa a quem doer	-

26/mai	Preparando o concerto	Aparelhamento do Estado
8/jun	Falta explicar	Abuso de autoridades
16/jun	Novo degrau	Deterioração do cenário
17/jun	A cada novo escândalo	-
20/jun	Distorção parlamentar	Aparelhamento do Estado
24/jun	Sem fim à vista	Punição rigorosa
27/jun	Cuidar das delações	Punição rigorosa
13/jul	Reação legislativa	Aparelhamento do Estado
28/jul	Do despiste à delação	Aparelhamento do Estado
2/ago	Lula réu	-
6/ago	Sem personalismo	Punição rigorosa
9/ago	A sangria continua	Deterioração do cenário
24/ago	Dois pesos	Abuso de autoridades
15/set	Comandante máximo	Aparelhamento do Estado
22/set	Lula réu, de novo	Aparelhamento do Estado
25/set	De dentro e de fora	Abuso de autoridades
27/set	Exibição infeliz	Abuso de autoridades
17/out	Ritmos desiguais	-
18/out	Temer e a balança	Aparelhamento do Estado
20/out	O homem-bomba	Deterioração do cenário
14/nov	Mais manobras	Aparelhamento do Estado
19/nov	Longe de terminar	Aparelhamento do Estado
13/dez	Forte revés	Deterioração do cenário
17/dez	Horizonte incerto	Deterioração do cenário
2017	Editorial	Pacote principal
3/fev	O sorriso de Têmis	-

26/fev	Teste decisivo	Deterioração do cenário
1/mar	Luz sobre a Petrobras	Aparelhamento do Estado
3/mar	Odebrecht fala	Deterioração do cenário
7/mar	A nova lista de Janot	-
12/mar	No mesmo bolo	Deterioração do cenário
21/mar	Lava Jato, três anos	Abuso de autoridades
13/abr	Nova normalidade	-
15/abr	Mortos e feridos	Deterioração do cenário
20/abr	Maniqueísmo e furor	Maturidade das instituições
4/mai	As grades e a lei	Abuso de autoridades
10/mai	Muito a investigar	Abuso de autoridades
12/mai	Sem xeque-mate	-
15/mai	Sombra sobre Dilma	Aparelhamento do Estado
20/mai	A derrocada de Aécio	Aparelhamento do Estado
25/mai	Acordo açodado	Abuso de autoridades
1/jun	Sem respostas	-
13/jun	Temer, Janot, Itararé	-
21/jun	Frágil normalidade	Deterioração do cenário
23/jun	Delação confirmada	-
26/jun	Sem juízo final	Aparelhamento do Estado
13/jul	Lula condenado	Aparelhamento do Estado
25/jul	Abuso corrigido	Abuso de autoridades
30/jul	A decisão que urge	-
1/ago	Moro e os políticos	Maturidade das instituições
6/set	Delação vulnerável	Abuso de autoridades
8/set	Lula sangra	Aparelhamento do Estado

12/set	Conversa de botequim	Abuso de autoridades
15/set	Lula e a simulação	-
16/set	Nova denúncia	-
17/out	Inquirir Aécio	-
20/out	Sair de cena	-
22/out	Quadro lamentável	Deterioração do cenário
19/nov	Seis meses	-
27/nov	O abuso e o torpor	Abuso de autoridades
14/dez	Uma data para Lula	-
28/dez	A ofensiva de Lula	-

APÊNDICE C — Número de pacotes interpretativos empregados nos editoriais, por período trimestral.

Pacotes por bloco trimestral						
	Aparelhamento	Punição rig.	Deterioração	Maturidade	Abuso de aut.	
mar-jun/2014	1	1	0	0	0	0
jul-set/2014	0	0	0	0	0	0
out-dez/2014	1	1	1	0	0	0
jan-mar/2015	2	1	1	2	0	0
abr-jun/2015	3	0	0	1	1	1
jul-set/2015	1	4	0	3	0	0
out-dez/2015	1	0	1	2	2	2
jan-mar/2016	6	0	2	0	1	1
abr-jun/2016	4	2	2	0	1	1
jul-set/2016	4	1	1	0	3	3
out-dez/2016	3	0	3	0	0	0
jan-mar/2017	1	0	3	0	1	1
abr-jun/2017	3	0	2	1	3	3
jul-set/2017	2	0	0	1	3	3
out-dez/2017	0	0	1	0	1	1

APÊNDICE D — Atores pertencentes a cada um dos núcleos (peemedebista ou petista).

Núcleo peemedebista: presidente Michel Temer (PMDB-SP, 2016-2018); senador Renan Calheiros (PMDB-AL); senador Romero Jucá (PMDB-PE); ex-presidente José Sarney (PMDB); Governo Temer (quando houve menção difusa a ministros ou a figuras associadas ao governo de Michel Temer [PMDB-SP]); ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Núcleo petista: Aloízio Mercadante, ex-ministro da Casa Civil (PT, 2014-2015); deputado federal André Vargas (ex-PT-PR); ex-presidente Dilma Rousseff (PT); ex-senador Delcídio do Amaral (PT-MS); José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil (2002-2005); João Santana, marqueteiro; João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT; ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT).

APÊNDICE E — Atores mencionados como “aparelhadores” (gráficos 11 e 12).

A. Neves: senador Aécio Neves (PSDB-MG); Congresso: menção difusa a deputados e senadores; Dilma: ex-presidente Dilma Rousseff (PT); E. Cunha: ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ); “governistas”: integrantes da base do governo petista; J. Sarney: ex-presidente José Sarney (PMDB); M. Temer: presidente Michel Temer (PMDB); Lula: ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT); P. da Força: deputado federal Paulo Pereira da Silva (SD-SP); R. Calheiros: senador Renan Calheiros (PMDB-AL); S. Cabral: ex-governador Sérgio Cabral (PMDB-RJ);

APÊNDICE F — Atores e pacotes interpretativos empregados em cada núcleo partidário.

Núcleo petista			
2014	Editorial	Indivíduo	Pacote interpretativo
04/abr	Suja a jato	A. Vargas	Aparelhamento do Estado
2015	Editorial	Indivíduo	Pacote interpretativo
30/jan	Poço sem fundo	Dilma	Aparelhamento do Estado
17/abr	Ciclo delitivo	J. Vaccari Neto	Aparelhamento do Estado
19/jun	Confronto na CPI	Lula	Aparelhamento do Estado
01/jul	Lógica torturada	Dilma	Punição rigorosa
04/ago	Dirceu, de novo	J. Dirceu	Punição rigorosa
17/out	Blindagens à vista	E. Cunha, Lula	Aparelhamento do Estado
30/out	O cerco se fecha	Lula	Maturidade das instituições
27/nov	Mais um passo	D. do Amaral	Maturidade das instituições
28/nov	Crise sem fim	Lula	Deterioração do cenário
2016	Editorial	Indivíduo	Pacote interpretativo
13/jan	Acerto geral	Lula e outros	Deterioração do cenário
24/fev	Alma do negócio	J. Santana	Deterioração do cenário
2/mar	Pressão e demissão	Lula	Aparelhamento do Estado
5/mar	Vitimização	Lula	-
16/mar	Avalanche	D. do Amaral, A. Mercadante	Aparelhamento do Estado
17/mar	É o fim	Lula, Dilma	Aparelhamento do Estado
21/mar	Tiro pela culatra	Lula, Dilma	Aparelhamento do Estado
5/mai	O começo e o fim	Lula, Dilma	Aparelhamento do Estado
28/jul	Do despiste à delação	J. Santana	Aparelhamento do Estado
2/ago	Lula réu	Lula	-
15/set	Comandante máximo	Lula	Aparelhamento do Estado
22/set	Lula réu, de novo	Lula	Aparelhamento do Estado
2017	Editorial	Indivíduo	Pacote interpretativo
20/abr	Maniqueísmo e furor	Lula	Maturidade das instituições
4/mai	As grades e a lei	J. Dirceu	Abuso de autoridades
12/mai	Sem xeque-mate	Lula	-
15/mai	Sombra sobre Dilma	Dilma, Lula	Aparelhamento do Estado
26/jun	Sem juízo final	Lula	Aparelhamento do Estado
13/jul	Lula condenado	Lula	Aparelhamento do Estado
8/set	Lula sangra	Lula	Aparelhamento do Estado
15/set	Lula e a simulação	Lula	-
14/dez	Uma data para Lula	Lula	-
28/dez	A ofensiva de Lula	Lula	-

Núcleo peemedebista			
2015	Editorial	Indivíduo	Pacote interpretativo
23/jul	Questão de prioridade	R. Calheiros, F. Collor	Aparelhamento do Estado
17/out	Blindagens à vista	E. Cunha, Lula	Aparelhamento do Estado
2016	Editorial	Indivíduo	Pacote interpretativo
23/abr	Sombras sobre Temer	M. Temer	Aparelhamento do Estado
16/mai	Doa a quem doer	M. Temer	-
26/mai	Preparando o concerto	R. Calheiros, R. Jucá, J. Sarney	Aparelhamento do Estado
16/jun	Novo degrau	M. Temer	Deterioração do cenário
17/jun	A cada novo escândalo	Governo Temer	-
20/jun	Distorção parlamentar	R. Calheiros	Aparelhamento do Estado
9/ago	A sangria continua	J. Serra, M. Temer	Deterioração do cenário
27/set	Exibição infeliz	Governo Temer	Abuso de autoridades
18/out	Temer e a balança	Governo Temer	Aparelhamento do Estado
20/out	O homem-bomba	E. Cunha	Deterioração do cenário
13/dez	Fortemente revés	M. Temer	Deterioração do cenário
17/dez	Horizonte incerto	M. Temer	Deterioração do cenário
2017	Editorial	Indivíduo	Pacote interpretativo
26/fev	Teste decisivo	Governo Temer	Deterioração do cenário
3/mar	Odebrecht fala	Governo Temer	Deterioração do cenário
1/jun	Sem respostas	M. Temer	-
13/jun	Temer, Janot, Itararé	M. Temer	-
21/jun	Frágil normalidade	M. Temer	Deterioração do cenário
30/jul	A decisão que urge	M. Temer	-
16/set	Nova denúncia	M. Temer	-
22/out	Quadro lamentável	M. Temer	-

Legenda: cf. apêndice D.

APÊNDICE G — Variação temporal do uso do pacote do *abuso de autoridades*.

